

SÉRGIO PEDINI

AGRICULTURA ALTERNATIVA E PEQUENA PRODUÇÃO:  
A AÇÃO DO C.A.A. DO NORTE DE MINAS

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural; área de Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do grau de «MESTRE».

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS  
1993



SÉRGIO PEDINI

AGRICULTURA ALTERNATIVA E PEQUENA PRODUÇÃO:  
A AÇÃO DO C.A.A. DO NORTE DE MINAS

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural; área de Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do grau de «MESTRE».

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS

1993

D  
α. 00242/93  
MFN. 00068

SÉRGIO PEDINI

AGRICULTURA ALTERNATIVA E PEQUENA PRODUÇÃO:  
A AÇÃO DO C.A.A. DO NORTE DE MINAS

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural; área de Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do grau de «MESTRE».

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS  
1993

SÉRGIO - PEDINI

UFLA - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA  
CLAS. T 630.

REGISTRO \_\_\_\_\_  
DATA  / /  
ACERVO \_\_\_\_\_

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, área de Administração Rural e Desenvolvimento, para a obtenção do grau de MESTRE.

UFLA - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

DATA \_\_\_\_\_  
ACERVO \_\_\_\_\_

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS  
1993

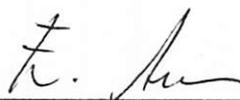
AGRICULTURA ALTERNATIVA E PEQUENA PRODUÇÃO: AÇÃO  
DO C.A.A. DO NORTE DE MINAS

APROVADA: 02.08.1993



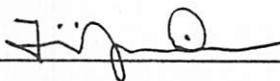
---

Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho  
Orientador



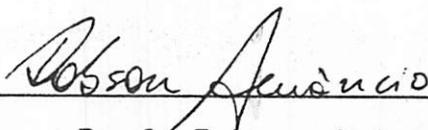
---

Prof. Edgard Alencar



---

Prof. Juvêncio Braga de Lima



---

Prof. Robson Amâncio

AGRICULTURA ALTERNATIVA E PESQUISA PRODUÇÃO: ANO  
D. C. A. A. DO NORTE DE LINDAS

APROVADA: 02.08.1983

*[Handwritten signature]*

Prof. Jovino Assunção de Moura Filho  
Orientador

*[Handwritten signature]*

Prof. Roberto Alencar

*[Handwritten signature]*

Prof. José Roberto Braga de Lima

*[Handwritten signature]*

Prof. Roberto Assunção



*"depois que eu comecei a trabalhar, usar essa técnica da agricultura alternativa, eu senti que a vida tem muito mais valor, a gente tem alegria de chegar no meio da planta e trabalhar."*

**Zé Valdo, pequeno produtor de Montes Claros**

**Para Renata e Iris,  
razões de minha  
dedicação e persistência**

## AGRADECIMENTOS

Aos companheiros do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (técnicos, pequenos produtores e pessoal administrativo), pela simpatia, atenção e paciência.

Aos técnicos da EMATER e SETAS pelas informações fornecidas.

Aos professores Jovino Amâncio de Moura Filho, Edgard Alencar e Juvêncio Braga de Lima pela orientação e estímulo e ao colega Robson Amâncio pelas críticas e sugestões.

Ao Departamento de Administração e Economia e à Escola Superior de Agricultura de Lavras pelos conhecimentos transmitidos.

Aos colegas de turma, em especial José Roberto, Wânia e Alberto pelo espírito de coletividade e companheirismo.

Aos funcionários do Departamento pela colaboração.

A CAPES e ao CNPq pela bolsa e auxílio cedidos.

Aos meus familiares e demais amigos pelo apoio sempre presente.

## BIOGRAFIA

Nasceu em 25 de agosto de 1965.

Graduou-se em Agronomia em dezembro de 1987 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Concluiu o Mestrado em Administração Rural na ESAL em 1993.

## SUMÁRIO

1. <u>INTRODUÇÃO</u> .....	01
2. <u>CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAIS TEORICOS DO PROBLEMA</u> .....	05
2.1 Modo de produção capitalista no cenário brasileiro .....	06
2.2 A modernização conservadora e a agricultura .....	12
2.3 A questão ecológica frente a modernização.....	20
2.3.1 Ecologia e sociedade .....	20
2.3.2 A questão ecológica e a agricultura .....	21
2.4 A Pequena Produção no contexto modernizante .....	24
3. <u>PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS</u> .....	28
4. <u>A CONTESTAÇÃO EXPRESSA NOS MOVIMENTOS</u> .....	34
4.1 Movimentos ambientalistas .....	34
4.2 Movimento por uma agricultura alternativa e o PTA-FASE ....	37
5. <u>CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS:</u> <u>ORIGEM E TRAJETORIA.</u> .....	54
5.1 Montes Claros e a realidade do norte de Minas Gerais .....	54
5.2 Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas .....	58
5.2.1 Criação e transformação .....	58
5.2.2 Consolidação e objetivos .....	64
5.2.3 Estrutura operacional e administrativa .....	66
5.3 O Centro e seus personagens: limites de uma experiência ...	72
5.3.1 Técnicos do Centro: a prática da militância .....	72
5.3.2 Técnicos do Estado: a negação de uma intervenção. ....	77
5.3.3 Pequenos produtores: de categoria de análise a objetivo fim de uma experiência .....	81
6. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	90
7. <u>RESUMO</u> .....	94
8. <u>SUMMARY</u> .....	96
9. <u>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS</u> .....	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	CONTEXTO E O PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO	02
2.1	2.1 Modo de produção capitalista no cenário brasileiro	02
2.2	2.2 A modernização conservadora e a agricultura	12
2.3	2.3 A questão ecológica: fronteiras e modernização	20
2.3.1	2.3.1 Ecologia e sociedade	20
2.3.2	2.3.2 A questão ecológica e a agricultura	21
2.4	2.4 A Pesquisa Produtor no contexto modernizante	23
3	3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4	4. A EXPERIÊNCIA COM O MOVIMENTO	34
4.1	4.1 Movimentos e ações coletivas	34
4.2	4.2 Movimento por uma agricultura alternativa e o PIA-FAZ	37
5	5. O CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS	44
5.1	5.1 ORIGEM E TRANSIÇÃO	44
5.1.1	5.1.1 Nomes, cores e a realidade do norte de Minas Gerais	44
5.1.2	5.1.2 Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	46
5.2	5.2 O Modelo e o desenvolvimento	46
5.2.1	5.2.1 Organização e objetivos	46
5.2.2	5.2.2 Condições e objetivos	48
5.2.3	5.2.3 Estrutura operacional e administrativa	48
5.3	5.3 O Centro e seus desenvolvimentos: limites de uma experiência	52
5.3.1	5.3.1 Técnicas do Centro: a prática da colheita	52
5.3.2	5.3.2 Técnicas do Estado: a busca de um intervenção	57
5.3.3	5.3.3 Pesquisa produtiva: de categoria de análise a objetivo	57
6	6. O fim de uma experiência	61
7	7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
8	8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64



## LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
1	Propostas da agricultura alternativa .....	, 38

## LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
1	Evolução da utilização de produtos industrializados na agricultura (Brasil). 1960/85 .....	15
2	Evolução da produtividade física das principais culturas (Brasil), em kg/ha. 1960/85 .....	16
3	Síntese dos conceitos-chaves para o estudo da participação social, adaptados de OAKLEY (1980)	52
4	Número de propriedades e área total ocupada na microrregião de Montes Claros, MG (1970/85) ...	55
5	Utilização das terras na microrregião de Montes Claros, MG (1970/85) .....	56
6	Pessoal ocupado (mais de 14 anos de idade) na microrregião de Montes Claros, MG (1970/85) ...	57

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar uma experiência que trabalha com agricultura alternativa e pequena produção e é integrante de um movimento social contestador que se contrapõe à modernização conservadora imposta à agricultura nos últimos anos.

Muitas são as formas criadas em sociedade para se contrapor a processos e estruturas que criam condições ou situações antagônicas aos interesses de certos grupos. No cenário agrícola, tal fato não tem sido distinto e, nesse sentido, têm surgido movimentos contrários ao processo modernizante da agricultura, calcado na utilização intensiva de produtos agroquímicos, na mecânica pesada e estruturada em profundas desigualdades sociais.

Tal processo se insere num contexto de avanço do capitalismo no campo, que se implementa através de estruturas de transformação da condição sócio-econômica do campo. Como conseqüência da implementação de tal modelo de desenvolvimento rural, observa-se uma série de problemas em diversas áreas do setor agrícola. Do ponto de vista tecnológico, a utilização intensiva de agroquímicos e da mecânica pesada, a fim de justificar um aumento na produtividade das culturas, traz consigo



## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as experiências que, tratadas com agricultura alternativa e moderna, são integrantes de um movimento social, caracterizado por ser contrário à modernização conservadora imposta à agricultura nos últimos anos.

Muitas são as formas criadas em sociedade para as organizações e processos e estruturas que, em condições de atividades antigas, são influenciadas por certos grupos. Há, neste campo agrícola, tal fato não sem um caráter distinto e, nesse sentido, têm surgido movimentos contrários ao processo modernizante da agricultura, baseado na utilização integral de produtos agrícolas, na medicina baseada e estruturada em profundas densidades sociais.

Tal processo se insere num contexto de avanço da capitalização no campo, que se implementa através de estruturas de transformação da condição socio-econômica do campo. Como consequência da implementação de tal modelo de desenvolvimento rural, observa-se uma série de problemas em diversos níveis do setor agrícola. Do ponto de vista tecnológico, a utilização intensiva de agrotóxicos e da medicina baseada e estruturada para melhorar um aumento na produtividade das culturas, com o intuito



uma carga de conseqüências problemáticas que se traduzem numa devastação ambiental progressiva e numa contaminação de pessoas envolvidas na aplicação dos produtos, bem como daqueles que consomem os alimentos produzidos. Observa-se, ainda, que os índices de produtividade e produção das maioria das culturas não acompanharam, no período estudado, a elevação dos índices de utilização de insumos modernos. Por fim, no mesmo período, a questão fundiária pode ser analisada numa perspectiva de alta concentração da propriedade da terra e conseqüente expropriação de pequenos produtores.

A pequena produção é analisada, portanto, a partir da problemática de sua reprodução e sobrevivência no âmbito do avanço capitalista no campo, via modernização da agricultura. Apesar de tal condição adversa, a pequena produção persiste, mas não consegue emergir de um condição de marginalidade.

Todo esse processo não se deu sem uma intervenção do Estado, pois é ele quem viabiliza tal estrutura, via políticas de incentivo que acabam por beneficiar os setores financeiros e industriais, em detrimento de um apoio à pequena produção.

Alguns movimentos sociais surgem, no entanto, como uma forma de contestação a todo esse processo. Este trabalho trata dos movimentos ambientalistas que se caracterizam como marco da contestação apresentada e uma atenção especial é dada ao movimento que demanda uma agricultura alternativa àquela convencional, implementada através da modernização.

A área de pesquisa estudada é Montes Claros, no norte do Estado de Minas Gerais, que possui características problemáticas do ponto de vista climático, predominando a escassez de recursos naturais, além de uma pobreza generalizada. Nessa região se localiza a experiência do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Trata-se de uma associação que envolve pequenos produtores e técnicos num trabalho que vai desde questões técnicas da produção agrícola, até o desenvolvimento de questões políticas. A entidade faz parte de uma rede ligada ao PTA-FASE<sup>1</sup>, daí a atenção dispensada a esta organização no decorrer do trabalho.

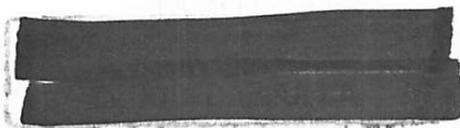
Nesse contexto estrutural do processo modernizante da agricultura e da atuação do movimento por uma agricultura alternativa, surge a questão: até que ponto a prática de uma associação como o Centro pode alterar as relações técnico-produtivas e político-organizativas da pequena produção, uma vez que possui uma proposta que contesta a agricultura convencional (preconizada pelo Estado) e se coloca como alternativa a ela?. Em que medida sua atuação se difere da intervenção do Estado? O objetivo do trabalho é, então, inserir a experiência no contexto da modernização conservadora, relacionando-o com a experiência oficial do Estado, no caso representante da proposta modernizante.

---

<sup>1</sup> Atualmente a entidade é desvinculada da FASE e é chamada de AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

Todo o trabalho é desenvolvido numa perspectiva de análise onde cada tema é contextualizado historicamente, numa tentativa de delinear os fatos que deram margem aos movimentos sociais contestadores e mais especificamente do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Tal experiência também possui seu papel histórico no movimento e um dos objetivos do trabalho é registrar sua atuação.

Este trabalho se desenvolve na linha de estudo das organizações, mais especificamente das organizações não governamentais (ONG's), envolvidas com a temática da agricultura alternativa e da pequena produção, tema este entendido como integrante da área de concentração Administração Rural e Desenvolvimento.



Todo o trabalho é desenvolvido numa perspectiva de  
analisar cada caso numa ótica contextualizada historicamente. Uma  
perspectiva de análise de casos que devem ser analisados  
socialmente contextualizados e mais especificamente no âmbito da  
estrutura Alternativa de Minas. Tal experiência também  
podeu ser papel histórico no movimento e um dos objetivos do  
trabalho é revelar os espaços.

Este trabalho se desenvolve na linha de trabalho das  
organizações, mais especificamente das organizações  
governamentais (ONG's), envolvidas com a temática da agricultura  
alternativa e da pequena produção, tendo em vista também como  
prioridade as etapas de construção da Administração Rural e  
Desenvolvimento



## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAIS TEÓRICOS DO PROBLEMA

Para que se possa avançar no conceito de agricultura alternativa, toma-se como premissa a idéia de que tanto esta forma de agricultura como o movimento social constituído em torno de sua implementação são explicados a partir da evolução e das condições históricas sobre as quais se originaram. Para tanto, tratar-se-á da evolução modernizante da agricultura, inserida num contexto capitalista de produção, e suas contradições, as quais deram margem a movimentos contestadores, entre os quais aquele que demanda uma agricultura alternativa.

A fundamentação teórica do trabalho se dará, portanto, na análise dos temas tratados que servirão como antecedentes norteadores das razões que deram origem aos movimentos ambientalistas e, por conseguinte, o movimento por uma agricultura alternativa, objeto do estudo.

A perspectiva histórica se delinea com base na idéia de que os fatos se originam a partir de seus antecedentes históricos, subsidiando a análise da experiência pesquisada. DEMO trata dialeticamente tal instrumental conceituando-o de "historicidade", ou seja, a história se movendo constantemente e com ela as formações sociais, numa "tensão dialética entre a persistência no tempo e a transcendência para o futuro". Comenta

ainda que os fenômenos sociais se sucedem dentro de um processo contínuo, enraizados em suas origens históricas. O autor diferencia historicidade de historicismo e historicismo, tratando os dois últimos conceitos de a-históricos, no sentido de que ambos tratam a história de maneira unidimensional, o primeiro a partir do passado e o segundo a partir do futuro. Segundo o autor, "a sociedade é um todo preñado de passado e de futuro, como se há de explicar dialeticamente" (DEMO, 1981:145).

TRIVINOS (1987:51) observa que o materialismo histórico "estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade", destacando a importância das formações sócio-econômicas no processo em que se dão as transformações da sociedade. Justifica-se, então, a contextualização histórica do objeto estudado, para que se possa, a partir daí, analisar os dados pesquisados de maneira fundamentada.

## 2.1 Modo de produção capitalista no cenário brasileiro

O capitalismo, enquanto modo de produção, é um processo que se originou historicamente a partir de uma relação intrincada de fatores advindos da dissolução da sociedade feudal. CATANI (1908:47) salienta duas fases importantes desse processo caracterizado como de transição: 1ª fase: emancipação dos pequenos produtores com relação às suas obrigações feudais; 2ª fase: assalariamento desses produtores para a garantia da

subsistência devido à separação da sua propriedade dos meios de produção. Segundo o mesmo autor, a partir da experiência inglesa, Marx descreveu esse processo como "acumulação primitiva", baseada na expulsão dos camponeses (anexação das terras) e seu empobrecimento, dando origem à criação de um proletariado. A partir do aumento da produção orientada para um mercado mais amplo do que aquele local, ocorre um desenvolvimento da base monetária em detrimento da troca simples, desintegrando social e economicamente as comunidades de pequenos produtores.

Com o advento da Revolução Industrial, a partir do século 18, o capitalismo atinge uma grande fase de ascensão "pelo simples motivo de que pressupõe a existência de certos níveis de acumulação capitalista sem os quais não parece viável a substituição da força de trabalho por máquinas mais aperfeiçoadas" (CATANI, 1980:52). É a "maquinofatura" em contraposição à "manufatura", segundo Marx. A indústria entra em grande fase de expansão no séculos seguintes e com ela verifica-se um considerável aumento do proletariado no campo, além do aumento natural da população. Os objetivos desse processo estiveram ligados à concepção desenvolvimentista ("necessária") do capitalismo, preconizando a "riqueza das nações" e a felicidade geral.

A partir do século 20, o capitalismo estende suas redes a todas as partes do mundo de maneira sistemática, intensificando estruturas de dominação entre classes dominantes e dominadas dentro das sociedades, além de consolidar estruturas de dependência entre países. CARDOSO & FALETTO (1970:78) comentam

que "a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida é criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas, fornecendo o quadro estrutural básico das condições econômicas de dependência".

O Brasil, enquanto país dependente das economias mais desenvolvidas, sempre esteve historicamente subordinado aos interesses daqueles que desenvolveram aqui suas estruturas capitalistas de dominação. Até o final do século 18, o país foi submetido a um processo de exploração de suas riquezas que se sucedeu de acordo com a disponibilidade dos produtos e com a demanda dos mercados europeus. PRADO (1982:48) subdivide a história econômica do país em fases demarcadas exatamente pelas atividades exploratórias dos países que aqui encontraram suas fontes de matéria-prima e comércio dependente. Uma primeira fase vai de 1500 a 1530, caracterizada pelas atividades iniciais da formação econômica brasileira, com espírito meramente colonizador. A extração do pau-brasil foi a primeira exploração econômica do país, feita geralmente por traficantes portugueses e franceses. Imediatamente, a exploração do pau-brasil deu origem a alguns estabelecimentos coloniais que não tiveram futuro devido ao rápido esgotamento do produto.

A ocupação efetiva se dá numa segunda fase, que vai de 1530 a 1640, quando se inicia o cultivo da cana-de-açúcar, voltada para a exportação. A força de trabalho numa fase inicial

é baseada nos povos indígenas nativos e, posteriormente, no trabalho escravo dos negros africanos, este último dando margem a um ativo comércio entre as colônias e traficantes portugueses. Ainda nesse período, inicia-se uma atividade impulsionadora da coroa portuguesa (em crise devido à união com a Espanha), que foi a mineração. "Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representa o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado" (PRADO, 1982:57).

Minas Gerais foi o grande centro fornecedor de ouro da colônia, controlado severamente por leis de Portugal. As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia para o sul; a própria capital se transfere para o Rio de Janeiro em 1763. O desenvolvimento da região centro-sul sofre um grande estímulo que se reflete até os dias de hoje. A atividade pecuária, fornecedora de alimento para as regiões mineradoras, acompanha o rio São Francisco e é responsável pelo progresso do povoamento do nordeste e norte de Minas Gerais.

A fase seguinte (1770 - 1808) se caracteriza pelo "apogeu da colônia" onde a agricultura renasce (de maneira rudimentar ainda) em detrimento da mineração. "O desenvolvimento da agricultura no período, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade, e salvo em casos excepcionais, sua curta duração. (...) Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começam já, pela insistência

neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores" (PRADO, 1982:92). A economia do período se baseia no comércio exportador de gêneros tropicais, monopolizado legalmente pelos portugueses e com produtos contrabandeados pelos ingleses.

Surge então a "era do liberalismo e do império escravocrata" (1808 - 1889), marcada, no início, por uma decadência do império português, que de grande potência colonizadora no passado passará por uma situação medíocre diante dos países europeus. A abertura dos portos remete o Brasil ao comércio internacional livre, medida que irá desmoronar o domínio colonial português. A Inglaterra foi a grande beneficiada nesse processo, assegurando seus interesses comerciais que se expandiam mundialmente.

A força de trabalho na época se baseou majoritariamente na servidão escrava. Toda a produção agrícola fundamentada nas produções de cana-de-açúcar, declínante, e no café, agora a estrela do cenário econômico, se sustentou na escravidão, até o processo de abolição da mesma, aparentemente contraditório para o processo produtivo da época. OLIVEIRA (1980:53) comenta que "a vantagem do trabalho livre começou a desenhar-se nitidamente na medida em que os encargos com a subsistência dos escravos, parte portanto do capital constante, ameaçavam a própria forma de valor da economia agroexportadora". A força de trabalho, agora livre, deve cuidar de sua própria reprodução, arcando com seus próprios custos.

Paralelamente à abolição, há um incremento nas culturas de subsistência que produzirão um excedente que vai alimentar o



... a fazenda a partir de 1850, quando se iniciou a exportação de açúcar para o mercado externo. A economia do período se baseia no comércio exterior de produtos agrícolas, monopolizado inicialmente pelos portugueses e com produtos concorrentes desde os ingleses.

Com a entrada da era do liberalismo e do comércio exterior (1808 - 1888), marcada, no interior, por uma desatenção do império português, que de grande potência colonializadora no passado passou a passar por uma situação econômica diante dos países europeus. A abertura dos portos permitiu o domínio comercial internacional livre, medida que irá desenvolver o domínio nacional português. A instauração foi a grande beneficiária desse processo, assegurando seus interesses comerciais que se expandiam mundialmente.

A força de trabalho na época não passou significativamente na produção escrava. Toda a produção agrícola fundamentada nas produções de cana-de-açúcar, declinou, e no café, após a abertura do comércio ao exterior, os aumentos na produtividade, que o processo de produção da mesma, aparentemente contraditório para o processo produtivo da época. OLIVEIRA (1980:53) comenta que a vantagem do trabalho livre começou a desenhinar-se nitidamente na medida em que se entendeu com a substituição dos escravos, parte do lucro de capital constante, amassava a própria forma de valor da economia agroexportadora. A força de trabalho, agora livre, teve o cuidado de sua própria reprodução, arcando com seus próprios custos.

Paralelamente à abolição, há um incremento nas atividades de produção que produziram um excedente que vai alimentar o



complexo latifundiário e o comércio, incentivando a estruturação de um campesinato até então incipiente.

A fase seguinte, chamada de República Velha (1889 - 1930), marca a emergência do modo de produção de mercadorias que suplanta a simples produção de matérias-primas. Segundo OLIVEIRA, a República Velha se caracteriza pela formação de uma burguesia agrária, consolidada a partir da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, "mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa a acumulação primitiva, se dá ao nível ou na órbita da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e suas seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão" (OLIVEIRA, 1980:74).

A industrialização, enquanto processo ligado ao avanço do capitalismo no país, fica obstruída no início do século pela burguesia agrária (capitalizada pela atividade agroexportadora) que trava o avanço da divisão social do trabalho no campo. Segundo OLIVEIRA (1980:81), essa burguesia barrou a consolidação do campesinato e promoveu sua dissolução, necessária para o processo de industrialização, já que esta necessitava de força de trabalho barata e abundante. O próprio Estado é dependente dessa estrutura na medida em que está sujeito às arrecadações da atividade agroexportadora. "Fica evidente, enunciados todos os teoremas, que tanto o auge quanto a inviabilidade da economia

agroexportadora brasileira típica da República Velha, e suas seqüelas que marcaram todo o bloqueio do avanço do capitalismo no país, não podem ser explicados sem um acurado exame das relações internacionais que emolduravam" (OLIVEIRA, 1980:81). É o imperialismo que se estabelece como forma de dominação estrangeira. PRADO (1982:88) comenta sobre a contraditoriedade do imperialismo, no sentido de que ao mesmo tempo que fornece condições iniciais de industrialização, cria estruturas de dependência que permanecem até os dias de hoje.

A crise de 1929 desagrega a economia brasileira, em especial o café, e com ele a burguesia rural perde o poder quase absoluto que detinha. O sistema agroexportador entra em declínio e inicia-se a fase de substituição de importações, base da industrialização do país. "No geral, o modo de produção capitalista vai tornando-se hegemônico na economia brasileira" (GRAZIANO NETO, 1986:136).

Todo esse processo histórico serve de arcabouço para a modernização da economia brasileira, trazendo em seu bojo características que influenciam a estrutura sócio-econômica atual.

## 2.2 A modernização conservadora e a agricultura

O país foi submetido a um processo de modernização acelerada a partir de meados da década de 60 que, se de um lado proporcionou vantagens ditadas pelas sociedades avançadas do primeiro mundo, de outro lado impôs situações complexas de

expropriação, de acordo com os interesses dominantes, a vários setores da sociedade, notadamente o rural. Segundo CARVALHO (1986:27), o processo de industrialização e modernização do país nos últimos anos se deu a partir de um grande endividamento externo e interno, e um empobrecimento da maioria da população brasileira advinda da exploração de um regime econômico, político e social anti-democrático. Uma extensão desse processo é o que o autor chama de "modernização conservadora" no campo.

A modernização que se dá no campo é conservadora na medida em que recursos e instrumentos de ação pública são dirigidos àqueles setores que apresentam potencial de reprodução ampliada do capital, dinamizando mais rapidamente regiões, produtos e produtores particulares. DELGADO (1986:11) comenta que "todo esse processo modernizante se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos setoriais e regiões econômicas". Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico, social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao contrário, deve-se ressaltar que a concentração espacial do projeto modernizante abrange basicamente os Estados do Centro-Sul do país. Paralelamente é observada, segundo o autor, uma concentração da produção que é centralizada basicamente em 10 a 20% dos estabelecimentos rurais. Tratam-se exatamente daqueles produtores que tiveram acesso a financiamentos subsidiados e amplamente facilitados, reforçando uma situação em que setores oligárquicos da sociedade se beneficiam dos recursos, em detrimento de outros menos privilegiados, assim como no passado.

Como traço desse processo modernizante consolida-se no país o chamado Complexo Agroindustrial (CAI) que tem como marco de constituição o final dos anos 60. O CAI representa a evolução do capitalismo agrário e conjuga setores de produção agrícola e industrial, além de manter uma estreita ligação com o setor financeiro. Paralelamente ao processamento dos produtos agrícolas, forma-se um outro ramo industrial que se constitui de meios modernos de produção para a agricultura, tanto a nível de insumos (agrotóxicos, fertilizantes químicos e rações) como de bens de capital (tratores e equipamentos). Trata-se de uma estratégia de avanço do capitalismo no campo, envolvendo, inclusive, o capital estrangeiro, através das empresas multinacionais.

Os defensores da modernização fundamentam seus argumentos, com freqüência, na necessidade do aumento da produção e da produtividade das culturas, via industrialização da agricultura, com o objetivo de atender à crescente demanda por alimentos advinda do aumento populacional e da crescente urbanização do país. Como se pode observar no Quadro 1, a utilização de produtos industrializados na agricultura cresceu consideravelmente nos últimos anos. No período de 1960 a 1985, o consumo de fertilizantes cresceu 891%, enquanto o número de tratores cresceu 962%, apresentando quedas somente no início da década de 80, devido à crise instaurada na economia do país. As conseqüências desse processo, no entanto, não foram tão significativas, pois a produtividade das principais culturas não cresceu nos mesmos níveis e, em alguns casos, até diminuiu

(Quadro 2). No período de 1960 a 1985, apenas o algodão, o café e o trigo apresentaram aumento de sua produtividade acima de 50% (93,81; 60,34 e 142,88%, respectivamente). Em alguns produtos, como o arroz e o milho, esse aumento se deu a taxas insignificantes (7,42 e 13,71%), enquanto o feijão apresentou, no mesmo período, um decréscimo de 44,23% em sua produtividade. No mesmo Quadro pode-se observar que as culturas de exportação (soja e o café, por exemplo) apresentaram uma performance superior àquelas destinadas à alimentação, o que agrava o quadro de abastecimento do país.

**QUADRO 1. Evolução da utilização de produtos industrializados na agricultura (Brasil). 1960/85**

ANOS	FERTILIZANTES		TRATORES	
	(1.000 t)	índice	(nº)	índice
1960	322.749	100	61.345	100
1970	1.690.440	524	165.870	270
1975	3.277.156	1.015	323.113	527
1980	4.200.619	1.301	545.205	889
1985	3.198.055	991	652.049	1.062

Fonte: FIBGE. Anuário Estatístico da Brasil (1960/85)

No tocante à produção de alimentos, os dados não são mais animadores. Segundo o IBGE, no período de 1970/90, somente a produção de soja conseguiu acompanhar o ritmo do consumo de

produtos industrializados, com o índice de 1200% de aumento. No mesmo período, o café, o trigo e o milho apresentaram taxas positivas de crescimento (93,84; 67,73 e 50,12%, respectivamente), enquanto o feijão praticamente manteve a produção de 1970, com 0,85% de aumento. Mais problemática é a situação do arroz e do algodão que apresentaram taxas de crescimento negativas no período estudado (-1,83 e -9,23%).

**QUADRO 2. Evolução da produtividade física das principais culturas (Brasil), em kg/ha. 1960/85**

CULTURA	ALGODÃO	ARROZ	CAFÉ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO
ANOS							
1960	549	1617	943	676	1298	1200	625
1970	455	1517	697	635	1442	1144	973
1975	-	-	-	-	1431	1699	610
1980	1063	1565	872	423	1779	1727	865
1985	1064	1737	1512	377	1476	1773	1518

Fonte: FIBGE. Anuário Estatístico da Brasil (1960/85)

Se o consumo de fertilizantes e o número de tratores cresceram a taxas próximas de 1.000%, enquanto as produtividades mantiveram-se praticamente estagnadas, observa-se que a modernização da agricultura não tem sido capaz de atender a um

pressuposto básico de qualquer processo modernizante que é o de aumento dos índices de produtividade. A análise de tais dados carece, no entanto, da informação a respeito de outros condicionantes, notadamente as características climáticas e de fertilidade dos solos das áreas produtivas do país. No entanto, a implantação de tal modelo de desenvolvimento agrícola se baseou numa pretensa elevação da produção de alimentos, fato não observado no período estudado.

Evidentemente, todo esse processo não se deu sem uma intervenção do Estado. Segundo AGUIAR (1981:35), a "modernização da agricultura não pode ser dissociada das transformações capitalistas ocorridas no Brasil à partir da década de 60 (...) e, com efeito, não se caracteriza como um processo dinâmico e auto-sustentado, mas, ao contrário, como um processo induzido". O Estado viabiliza essa estrutura através de sua intervenção, mediante planos oficiais de desenvolvimento e políticas de incentivo que tiveram como consequência a viabilização de um setor industrial de máquinas, agrotóxicos e insumos para a agricultura. Além disso, o Estado, através de políticas de subsídios, possibilitou o acesso a esses produtos por parte de alguns agricultores, criando mecanismos de dependência que se arraigaram e permanecem como ideal de "modernidade".

A materialização da atuação do Estado na implementação de sua política modernizante se deu por intermédio dos organismos oficiais de extensão rural. Num primeiro momento, através da ABCAR (Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e, posteriormente, mediante o sistema EMBRATER (Empresa

Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), o Estado adotou como pressuposto básico de sua intervenção, a noção:

*"de que o destino da agricultura brasileira era trabalhar para permitir um pretendido crescimento industrial, seja enquanto suporte de divisas, fornecedora de mão-de-obra, matéria-prima e alimentos, seja enquanto consumidora de produtos industrializados"* (FONSECA, 1985:160).

O autor comenta, ainda, que questões como a estrutura fundiária, as condições de trabalho dos pequenos produtores e suas formas de comercialização não foram levados em conta quando da discussão da problemática brasileira. O processo de intervenção se deu, portanto, sem a mínima participação dos sujeitos envolvidos no processo produtivo e a consequência foi a priorização de um setor industrial e financeiro.

A modernização não é um conceito meramente técnico e, na agricultura, enquanto ocorre uma mudança tecnológica, esta não está dissociada de uma transformação da produção, onde as relações sociais são intrínsecas. A "agricultura é um setor da economia composta por classes sociais diferenciadas, com setores diversos e conflitantes (...). Nesse sentido, não há coisas boas ou ruins para a 'agricultura', genericamente. É sempre bom ou ruim, melhor ou pior, para as classes sociais e seus segmentos" (GRAZIANO NETO, 1986:27). Nesse contexto, os pequenos produtores sempre estiveram aquém dos benefícios da modernização, uma vez que nunca puderam inserir-se no conjunto dominante que sempre

ditou as regras e quem seriam os beneficiários do sistema. Um sistema de crédito e assistência técnica ineficientes onde os produtos de exportação têm vantagens com relação àqueles característicos da pequena produção, dificuldades na comercialização e acesso à terra vêm provocando uma acelerada concentração de renda no setor agrícola que "constitui inegavelmente um dos mais nítidos - e nefastos - resultados do tipo de modernização a que esteve submetida a agricultura brasileira. Ela não é mais do que uma das resultantes dos vários fenômenos: a concentração da propriedade da terra, a transformação do trabalho familiar em assalariamento temporário, o aumento da sazonalidade do emprego e do subemprego agrícola, a distribuição não-equitativa dos ganhos de produtividade" (KAGEYAMA & SILVA, 1986:205).

Uma análise da distribuição fundiária do país mostra que todas as conseqüências desastrosas da agricultura moderna se desenrolaram num cenário de alta concentração da propriedade da terra. Com base nos dados censitários<sup>2</sup>, observa-se que, em 1985, enquanto 90,05% dos estabelecimentos possuíam menos de 100 ha, ocupando apenas 21,22% da área total, 9,95% possuíam áreas com mais de 100 ha, ocupando, por sua vez, 78,78% da área total. É óbvio que em tal condição é impossível se imaginar alguma alteração da estrutura social no campo sem uma devida reestruturação fundiária do país.

---

<sup>2</sup> FIBGE. Censo Agropecuário de 1985.



distintos aspectos e para serem os beneficiários do sistema. Um sistema de crédito e assistência técnica implementado onde se produzam de exportação têm vantagens em relação às outras características da produção agrícola. Distinguem-se na comercialização e acesso à terra, têm provando um aumento considerável de renda no setor agrícola que constitui investimentos na produção agrícola - e relações - tradicionais de tipo de modernização - a que sempre existia a agricultura tradicional. Há não é raro de que nos resultados em vários aspectos: a concentração da propriedade da terra, a transferência do trabalho familiar em assistência técnica, o aumento de produtividade do espaço e do emprego agrícola, a distribuição mais equitativa dos ganhos da produtividade.

(FAGUNDA & SILVA, 1970:205).

Uma análise da distribuição fundiária de uma região que levou ao conhecimento das estruturas da agricultura moderna de desenvolvimento num centro de alta concentração da produtividade da terra. Com base nos dados estatísticos, observados em 1985, evidenciamos 20.000 ha distribuídos em parcelas menores de 100 ha, ocupando apenas 21,2% da área total. 9.954 parcelas áreas com mais de 100 ha, ocupando, por sua vez, 78,7% da área total. É claro que em tal condição é impossível se imaginar alguma alteração da estrutura social no campo sem uma revisão estrutural fundiária do país.



## 2.3 A questão ecológica frente a modernização

### 2.3.1 Ecologia e sociedade

Traçar aqui uma conceituação técnica do termo ecologia provavelmente não traria uma contribuição teórica adequada ao trabalho. Assume-se que definir tal termo a partir de um conhecimento compartimentalizado que o vinculasse às ciências biológicas, faria com que surgisse uma noção de neutralidade dos princípios ecológicos. Adota-se, portanto, o princípio de que a questão ambiental está intimamente ligada às questões sociais e à economia política.

Quando trata da problemática ambiental gerada no seio do sistema capitalista, CONTI (1986:131) comenta que há uma "encruzilhada" em que a sociedade se instala na atualidade. Ou cria-se condições dentro do próprio sistema que revertam a situação ambiental problemática do planeta ou o próprio capitalismo produzirá, inevitavelmente, uma "catástrofe ecológica antes de se desintegrar". Nesse sentido, o autor cita a importância da incorporação da temática ambiental na discussão política que envolve a transformação da sociedade.

MOREIRA (1991:158), quando discute a relação entre ecologia e economia política, comenta que há necessidade de se redefinir o conceito de meio ambiente, fazendo com que o mesmo adquira uma determinação historicamente vinculada. Para tanto, o autor trabalha com a "noção de meio ambiente cotidiano, socialmente vinculado; não natural mas, socialmente produzido."

Há necessidade, portanto, de se ressaltar o "caráter social da questão ecológica."

O autor mostra, ainda, que no sistema capitalista, onde imperam os mercados oligopolizados e a incessante busca do lucro máximo, os problemas ambientais que afetam a qualidade de vida da população são "deslocados para fora da esfera dos custos de produção." O custo ambiental advindo de uma prática que interfere no equilíbrio do meio ambiente acaba não sendo computado na elaboração do preço final do produto. No entanto, a sociedade como um todo acaba arcando com o prejuízo de tal prática, assumindo os custos de outras formas que não aquelas que originaram o problema.

### 2.3.2 A questão ecológica e a agricultura

Uma das problemáticas conseqüências da proposta modernizante da agricultura é o desequilíbrio ecológico provocado por suas práticas, na medida em que, ao invés de assegurar uma melhoria nas condições de vida da população (justificativa do aumento da produtividade via inovação tecnológica agroquímica), tais práticas, na maioria das vezes, acabam por dilapidar os recursos naturais e por, conseqüente, o próprio alimento produzido.

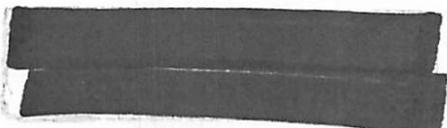
Desde o período colonial o país foi submetido a um processo incessante de degradação. Primeiro foi o pau-brasil, depois a cana-de-açúcar, o café e outros surgidos neste século. Com a agricultura moderna, o capitalismo tenta estabelecer de

maneira mais sistemática suas diretrizes de acumulação, valorizando o lucro a qualquer preço. GRAZIANO NETO (1986:84) comenta que, no entanto, existem diferenças fundamentais entre a produção industrial (em série) e a produção agrícola, onde as leis biológicas que a regem são de difícil controle e o capital tende a ficar empatado por um tempo maior e sob menor rotação, diminuindo, conseqüentemente, o lucro auferido. Numa tentativa de contornar tal barreira, "o desenvolvimento tecnológico proposto para a agricultura visa diminuir o ciclo de produção das culturas e criações e distribuir a produção ao longo do ano, reduzindo as diferenças entre o tempo de produção e de trabalho, buscando maiores taxas de lucro, através da elevação da produtividade do trabalho e da rotação mais rápida do capital".

A instabilidade desse processo é acentuada e, cada vez mais, são necessárias técnicas mais complexas para controlá-lo. A conseqüência disso é a própria destruição da Natureza, sob as mais variadas formas. Ainda segundo GRAZIANO NETO (1986:86), as técnicas de cultivo utilizadas em países tropicais como o nosso são importadas de países temperados, com solos congelados que necessitam de preparação pesada (aração, gradagem) para que se aqueçam e possam ser trabalhados no curto período do ano em que existem condições propícias para a agricultura. Evidentemente, são condições bastante distintas das nossas e, com isso, a média de solo perdido no Brasil, via erosão, é de 25 t/ha/ano, totalizando de 1 bilhão de toneladas de solo perdido anualmente. A desertificação de áreas cultivadas é o estágio final da destruição dos solos cultivados de tal maneira.

Outro fator importante desse desequilíbrio é o descontrole de pragas e doenças com o conseqüente uso indiscriminado de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, esterilizantes, etc.). Como ser biológico, uma planta está sujeita a desequilíbrios causados por uma nutrição deficiente ou mal balanceada e, na agricultura moderna, tal fato está diretamente relacionado ao uso intensivo de fertilizantes químicos e à utilização intensiva de máquinas pesadas que compactam o solo e destróem sua atividade biológica, fundamental para o perfeito desenvolvimento da planta. O resultado desse quadro é a intensificação dos métodos agroquímicos de produção, devidamente popularizados pela mídia e preconizados pela extensão rural oficial. Consolida-se, assim, o domínio do capitalismo industrial estabelecido no campo.

As intoxicações de pessoas ligadas à agricultura têm atingido níveis alarmantes. Segundo PESSANHA (1985:15), somente no Paraná o número de intoxicações têm crescido consideravelmente nos últimos anos (1873 em 1983 e 2360 em 1984), conforme dados da Secretaria da Agricultura daquele Estado. Ainda segundo o autor, a contaminação dos alimentos também é preocupante, pois com base numa pesquisa realizada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de São Paulo - CATI/SP - o resultado de 201 análises feitas no biênio de 1978/79 com hortaliças da CEAGESP constatou que 9,4% das amostras continham resíduos de agrotóxicos de uso proibido (DDT, endrin e dimetoato), com comprovado efeito cancerígeno. Outras amostras apresentaram resíduos de produtos permitidos, porém em níveis acima do tolerado. Pesquisa realizada





em São Paulo indicou que 100% do leite consumido pela população estava contaminado com resíduos de BHC, com teores que variavam entre 0,007 e 0,055 mg/Kg, enquanto o limite estabelecido pela FAO é de 0,004 mg/Kg.

*"O que não podemos mais suportar é esta orgia das multinacionais com os agrotóxicos. Não tanto porque os pingüins da Antártica já apresentam DDT no sangue, mas porque nossos filhos estão mamando leite envenenado, porque os trabalhadores estão morrendo intoxicados. (...) E porque, mesmo com tudo isso as perdas de colheita devido aos organismos que prejudicam nossas culturas não estão diminuindo. Continuam, segundo a FAO, na ordem de 30%, certamente não muito distintos das perdas na Idade Média. Na América Latina as perdas chegam a 33% em certas culturas" (GRAZIANO NETO, 1986:107).*

Todas as contradições do avanço capitalista, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou ecológicas, deram margem a movimentos contestadores que de certa maneira objetivavam a negação de tais distorções, tendo como horizonte uma sociedade melhor.

#### 2.4 A pequena produção no contexto modernizante

A pequena produção tem sido o público alvo de trabalho da maioria das experiências ligadas à agricultura alternativa, em especial do PTA-FASE. Torna-se necessário aqui, não apenas

caracterizar a pequena produção enquanto categoria de análise, com classificações a partir de variáveis multidimensionais, mas de, também, inseri-la num contexto capitalista de produção que exerce marcadamente suas influências na estrutura social do campo.

As características gerais citadas por ALENCAR & MOURA FILHO (1988:5) para a "unidade camponesa" possibilitam uma visualização genérica (aproximada) da categoria pequena produção, utilizada neste trabalho:

- baixo grau de capitalização;
- relações de produção basicamente familiares;
- baixo grau de comercialização da produção;
- produção marcadamente policultora;
- exploração minifundiária.

Historicamente, a pequena produção tem enfrentado grandes dificuldades para sobreviver e se reproduzir dentro do contexto capitalista. Análises clássicas sugerem a hipótese de que tal categoria estaria fadada ao desaparecimento do cenário agrícola. SOARES (1981:172) comenta que "há uma ênfase inegável, tanto em Marx quanto em Lenin - e, inclusive, em Engels -, na vocação homogeneizadora do capital, que eliminaria inexoravelmente todos os sistemas de produção anteriores, dissolveria a 'pequena produção' e a 'economia natural da família camponesa', equilibrando os diversos setores pelo nivelamento das taxas de lucro". No entanto, contraditoriamente às teorias pré-

estabelecidas ela persiste no processo capitalista, mesmo diante de diversidades e pressões. PINTO (1982:27) intitula tal processo de "dialética da persistência camponesa", onde "se por um lado o sistema dominante busca transformar o sistema dominado, para apropriar-se do excedente por ele gerado; a economia camponesa resiste à dominação, negando-se à transformação pretendida".

ABRAMOVAY (1990:30) comenta que, baseando-se nos princípios marxistas, torna-se difícil definir economicamente a forma de rendimento correspondente ao pequeno produtor (por ele chamado de camponês): se ele percebe um lucro de sua atividade, torna-se um capitalista; se recebe um salário, é classificado como operário; e se a renda da terra é sua sustentação, então ele é um proprietário fundiário.

O autor, quando tenta elucidar tal impasse, cita as teorias de Chayanov e Tepich, para os quais existe uma racionalidade na tentativa de inserção da economia camponesa na sociedade. Segundo o autor, "o campesinato existe por responder a uma necessidade social (...) é no interior mesmo do organismo camponês (mais do que na sua inserção social) que serão aqui procurados os elementos que fazem dessa forma social o mais antigo e universal modo de produção conhecido da história" (ABRAMOVAY, 1990:33). A pequena produção é entendida como um segmento importante do capitalismo, uma vez que ela é fundamental para sua própria reprodução, mesmo que o tratamento ao pequeno produtor se dê num caráter de expropriação.

Evidentemente a pequena produção persiste, mas não consegue emergir de um estado de marginalidade. KAGEYAMA & SILVA

(1986:204) comentam que esse processo se dá a partir de sua característica fundamental que é a "insuficiência de meios de produção e recursos financeiros (ou se quiser, uma insuficiência crônica de capital)". Tal condição não só impossibilita uma ascensão social (impraticável dada a inexistência de acumulação), como obriga o pequeno produtor a "buscar trabalho temporário fora de sua unidade produtiva, a fim de complementar a renda familiar". Caracteriza-se, assim, não só a persistência como também a incapacidade de emergência de sua condição marginal.

A condição de marginalidade da pequena produção se deu, portanto, a partir de um processo de expropriação induzido pela modernização da agricultura e historicamente ligado ao avanço do capitalismo no campo. A superação de tal condição se daria, assim que houvesse uma política alternativa de ação junto à essa categoria, que se contrapusesse à política oficial, implementada pelo Estado.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado neste trabalho baseou-se na inserção do tema em estudo dentro de uma perspectiva histórica de análise. Partiu-se da premissa que o movimento alternativo às formas convencionais da agricultura se dá como uma contestação frente à crise econômica, social e ecológica, gerada por um processo modernizante da agricultura que marginaliza e expropria o pequeno produtor. O trabalho se desenvolveu no âmbito da pesquisa bibliográfica e histórica.

A partir da descrição histórica dos antecedentes, aprofunda-se a análise dos movimentos ambientalistas, em especial aqueles que se envolvem com a temática da agricultura alternativa. Com base em tal delineamento, procurou-se localizar um caso específico que se caracterizasse como representativo do movimento por uma agricultura alternativa. Optou-se pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, em Montes Claros, MG, e seguiram-se, então, os passos de pesquisa, baseando-se em técnicas desenvolvidas por autores como TRIVINOS (1987). Segundo a "técnica da triangulação na coleta de dados", o objetivo básico é compreender o objeto de estudo com a máxima amplitude na descrição e explicação do mesmo. O autor ainda comenta que nos estudos qualitativos "é impossível conceber a existência isolada

de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vínculos estreitos e essenciais com uma macrorealidade social" (TRIVINOS, 1987:138). A triangulação na coleta de dados é uma técnica que tenta desenvolver a análise desse fenômeno, baseando-se nos passos expostos a seguir:

a) Contextualização histórica da realidade social - Análise basicamente desenvolvida no segundo capítulo deste trabalho, onde pretendeu-se situar, historicamente, o tema proposto bem como o envolvimento do objeto de estudo. TRIVINOS (1987:139) chama esta etapa de "processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social do sujeito".

O objetivo, então, foi o de delinear historicamente a evolução do capitalismo no Brasil e, mais especificamente, sua penetração na agricultura, via modernização do processo produtivo. Outro tema discutido nesta fase foi a questão ecológica, também situada historicamente e de fundamental importância para a análise. A categoria de análise denominada pequena produção foi o último tópico abordado.

b) Caracterização da área de estudo e do objeto de análise. Esta etapa se divide em duas fases:

i) Análise documental e de dados censitários - A partir da fundamentação teórica traçada no início do trabalho, desenvolve-se no capítulo 4 uma análise dos movimentos ambientalistas, em especial aqueles ligados à agricultura alternativa. Um destaque

especial é dado ao PTA-FASE, tratado como experiência representativa do movimento. Procurar-se-á, depois, caracterizar a área de estudo, sempre tentando remeter as observações às premissas iniciais, ou seja: mostrando que as características regionais e as propostas do Centro espelham as condições tratadas, que dão margem às contestações e à proposição de um novo processo social. Procura-se, assim, contextualizar historicamente a experiência, a partir do referencial apresentado no segundo capítulo. Na triangulação esta fase é chamada de "elementos produzidos pelo meio do sujeito".

A opção pelo Centro e pela região de Montes Claros se deu a partir de contatos prévios com os sujeitos envolvidos nas experiências do PTA-FASE. Num primeiro momento foi realizada uma visita ao Centro, sendo, nessa ocasião, os participantes consultados sobre a possibilidade de se realizar o estudo. A partir do interesse demonstrado, seguiram-se os passos da pesquisa, onde foi coletado o maior número de informações possíveis, via documentos disponíveis.

ii) Entrevistas semi-estruturadas - Análise conduzida através do contato com os envolvidos na experiência, tanto a nível interno do Centro (técnicos e agricultores participantes) como a nível periférico, ou seja, aqueles sujeitos que se caracterizam como observadores do objeto. Foram ouvidos 3 técnicos do Centro, no período disponíveis para o trabalho de pesquisa (um da área agrônômica e dois da área social) e foram entrevistados 12 agricultores participantes da experiência . A escolha dos





agricultores se deu a partir de uma discussão com os técnicos, onde se levou em conta o grau de informação que tais agricultores possuíam do Centro. Tais critérios foram estabelecidos em conjunto com os membros do próprio Centro. Quanto aos observadores externos à experiência, optou-se pela seleção de duas organizações públicas que atuam na região, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo entrevistados 2 técnicos de cada instituição.

O roteiro de entrevista não segue uma estrutura rígida de orientação, pois o que se busca é desenvolver tópicos que remetam aos temas iniciais desenvolvidos no trabalho. No tocante aos técnicos, foram levantadas questões que envolvem os seguintes temas:

- 1º Concepção de agricultura alternativa;
- 2º Impressões sobre o PTA-FASE;
- 3º Objetivos do Centro;
- 4º Público e a área de atuação do Centro;
- 5º Eventuais problemas e obstáculos para a implementação prática dos objetivos do Centro;
- 6º Perspectivas futuras de trabalho.

Quanto aos observadores, os tópicos abordados foram os seguintes:

- 1º Concepção de agricultura alternativa;
- 2º Conhecimento da experiência e do nível de atuação na região;
- 3º Relação entre o Centro e sua instituição.

Buscou-se, portanto, levantar considerações sobre o tema agricultura alternativa e com elas traçar paralelos entre as concepções dos técnicos do Centro e do Estado. Por se tratarem de técnicos do Estado, os mesmos apresentariam um discurso baseado em noções e políticas de trabalho vinculadas à concepção da "modernização conservadora", implementada pelo Estado. O objetivo foi traçar um perfil da experiência do Centro a partir de um público que não apresentasse um comprometimento com o movimento por uma agricultura alternativa, mas que por afinidade de público assistido, mantivesse uma relação de proximidade.

No tocante aos agricultores, procurou-se levantar informações sobre seu cotidiano e suas possíveis relações com o Centro. Utilizou-se o seguinte roteiro para as entrevistas:

1º Questões intrínsecas do microambiente do agricultor:

- nome, área, produção, comercialização, fontes de renda, história de vida.

2º Que tipo de intervenção existe na região:

- assistência técnica, promoção social.

A idéia aqui era chegar até uma possível relação com o Centro, sem fazê-la diretamente, uma vez que o entrevistador não se apresentava enquanto membro ligado ao Centro.

3º Relação com o Centro:

A partir do momento em que surgia uma relação com o Centro, tentava-se aprofundar os detalhes de tal relacionamento. Com os dados obtidos a partir dos agricultores, procurou-se constatar o nível de transformação do agricultor a partir da atuação do Centro e da agricultura alternativa enquanto proposta social-transformadora.

39 Relação com o Centro:

A partir do momento em que surge a sua relação com o Centro, tentava-se apurar os detalhes de tal relacionamento. Com os dados obtidos a partir dos questionários, procurava-se conhecer o nível de transformação de energia a partir da atuação do Centro e as atividades alternativas enquanto proposta social-transformadora.



#### **4. A CONTESTAÇÃO EXPRESSA NOS MOVIMENTOS**

A partir da contextualização histórica dos temas tratados até aqui, neste capítulo é feita uma análise dos movimentos ambientalistas, em especial do PTA-FASE, integrante do movimento que demanda uma agricultura alternativa. Objetiva-se discutir a respeito do ambiente social onde se insere a experiência estudada logo a seguir.

##### **4.1 Movimentos ambientalistas**

Como parte integrante do âmbito contestador, surgiram os movimentos ambientalistas (ou ecológicos) que se disseminaram com grande rapidez. A análise aqui efetuada se inicia na década de 60, quando movimentos contestadores denominados de contracultura entram no cenário mundial, influenciando os costumes de toda uma geração que se sucedeu.

Alguns temas como guerras nucleares, lixo atômico, desgaste da camada de ozônio e efeito estufa (hoje incorporados nas discussões da sociedade atual) têm como berço de contestação os movimentos pacifistas e ambientalistas de fins da década de 60 e início da de 70. Um marco desse processo foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), quando

foram discutidos os problemas ambientais relevantes da época e as estratégias de atuação nos períodos seguintes.

VIOLA (1987:67) comenta sobre o "caráter universal" dos movimentos ecológicos e pacifistas da década de 70, na medida em que possuíam uma grande abrangência e eram respaldados em críticas ao marxismo, onde a teoria do valor-trabalho supõe a infinitude dos recursos materiais. Tais teorias assumem, ainda, a natureza como objeto passivo (desprovido de valor) e tal concepção era antagônica com relação aos princípios ecologistas que primavam pela valorização da natureza. Dado o fato de que os militantes de tais movimentos eram, na sua maioria, herdeiros de movimentos socialistas, fatalmente acabariam passando por uma revisão de alguns de seus princípios, notadamente aqueles que tratavam da infinitude dos recursos naturais.

Um caráter mais transformador do movimento surge com a chamada "ecologia política" que nasce a partir da constatação das diferentes degradações ambientais e sociais do planeta. Enquanto o Primeiro Mundo já havia satisfeito em grande parte suas necessidades básicas, o Terceiro Mundo convivia (e convive) com condições miseráveis de existência, daí a necessidade de um movimento ecológico onde estivesse contemplada a proposta de uma transformação social mais ampla.

No Brasil, "pelo menos até o fim do regime militar os movimentos ecológicos não tiveram nenhuma influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira" (VIOLA, 1987:75). Com tal afirmação, o autor quer demonstrar que as primeiras experiências da década de 70, conduzidas na linha

ambientalista, não apresentavam muita preocupação com a transformação sócio-econômica do país. A partir das idéias de José Lutzemberger, em 1971 foi criada a Associação Gaúcha de Proteção do Meio Ambiente (AGAPAN), tendo como objetivo controlar o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas, além de promover a proteção do meio ambiente.

Em 1974, foi criada a nível nacional a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais para a aprovação de empréstimos destinados a obras públicas. No mesmo ano é formado o Movimento Arte e Pensamento Ecológico, em São Paulo, marco do movimento ecológico urbano.

O período de 1974 a 1981 foi chamado por VIOLA (1987:82) de "fase ambientalista" onde dois grupos se destacaram e se distinguiram pela metodologia (e ideologia) de ação, ambos "apolíticos", segundo o autor. O primeiro se incumbiu de denunciar a degradação ambiental através de manifestações organizadas, e o segundo baseado na formação de comunidades rurais alternativas, heranças da contracultura, fundamentadas no naturalismo. No final desse período o debate cultural brasileiro ganha amplidão com o retorno de alguns exilados.

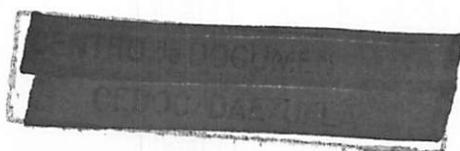
A fase seguinte, de 1982 a 1985, chamada de "ecologismo em transição", teve seu marco nas eleições de 1982, onde setores da sociedade, como o novo sindicalismo, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, feministas, etc, influem participativamente no processo eleitoral e carregam em seus discursos preocupações ecológicas. São eleitos alguns

parlamentares que incorporam o debate ecológico ao cenário político nacional. No período da campanha pelas eleições diretas para presidente (1984), os debates na sociedade se aquecem e são programados vários encontros regionais de ecologia.

A agricultura, enquanto setor primário de produção e, por conseguinte, de fundamental importância, não foi esquecida pelo movimento ecológico mundial e nacional. Os movimentos tiveram caráter diferenciado quanto às suas posições político-ideológicas, agrupando-se em correntes distintas.

#### 4.2 Movimento por uma agricultura alternativa e o PTA-FASE.

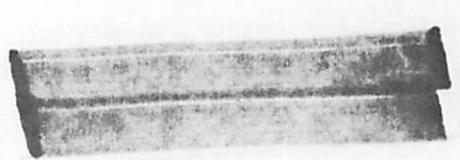
Como reação às contradições da agricultura moderna surgem movimentos contestadores com raízes nos movimentos ecológico-ambientalistas e, em alguns casos, reforçados por apoios de organizações populares. Assume-se aqui o termo agricultura alternativa como generalização do movimento, expresso em suas variadas correntes. ALMEIDA (1989:160), quando comenta sobre as "propostas tecnológicas na agricultura", subdivide as correntes da agricultura alternativa nas propostas: "oficial", "sindicalista", "ecológico-ambientalista" e do "PTA-FASE". (Figura 1).



relacionadas que se expõem o debate ecológico no cenário  
político nacional. No âmbito da campanha pelas eleições diretas  
para presidente (1984) os debates na sociedade se aguçam e são  
programadas várias ações regionais de educação  
A agricultura enquanto setor primário de produção e  
por consequente de fundamental importância, não foi respeitada  
pelo movimento ecológico mundial e nacional. Os esforços  
alguns países diferenciados, quando às suas posições políticas  
econômicas, agrupam-se em correntes distintas.

### 3.2 Movimento por uma agricultura alternativa e o PTA-VAR

Como resultado de condições de agricultura-alternativa  
alguns movimentos de produtores com raízes nos movimentos  
ecológicos ambientalistas, e, em alguns casos, relacionados por  
questões de organização populares. Assim, em 1971 o termo  
"agricultura alternativa" como generalização do movimento, expresso  
em suas primeiras reuniões. ALMELBA (1989:100), quando escreve  
sobre as primeiras definições de agricultura, substitui as  
"condições de agricultura-alternativa nas propostas, atuais",  
"alternativa", "ecológica-ambientalista" e do PTA-VAR.



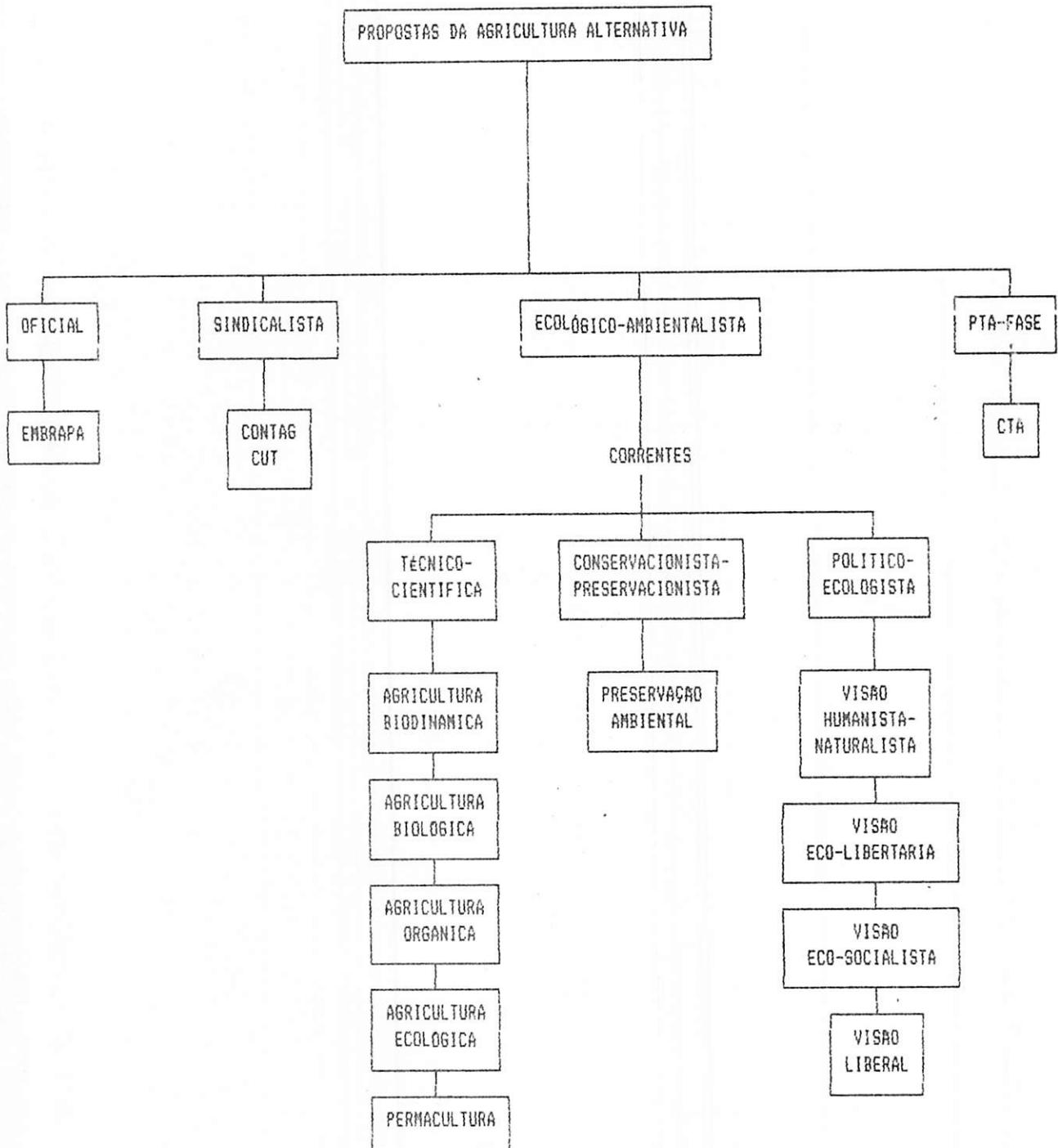


FIGURA 1: Propostas da agricultura alternativa (adaptado de ALMEIDA)

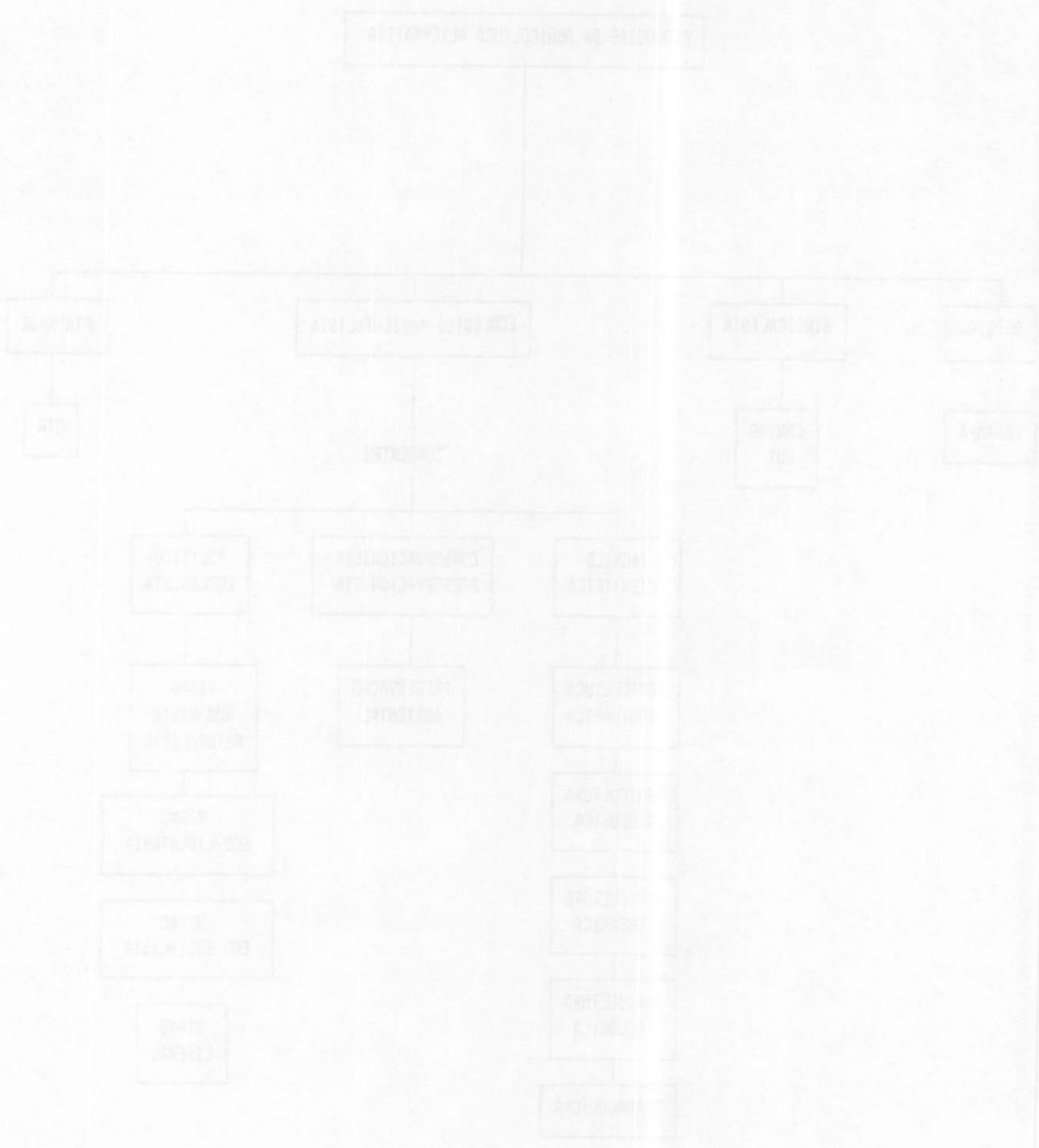


FIGURA 1: Proposta de modificação alternativa (desenvolvimento de alternativas)



A proposta oficial, como o próprio nome sugere, tem sua origem no aparato estatal, através das distintas estruturas de pesquisa e extensão, notadamente da esfera federal. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972, objetivou, através de seus "pacotes" tecnológicos, servir de suporte ao modelo modernizante da agricultura, na medida em que estabeleceu linhas de pesquisa que priorizavam a tecnologia moderna, enquanto instrumento de suplantação da condição "atrasada" do pequeno produtor. A partir de 1985 surge o Programa de Pesquisa para a Agricultura Alternativa, projeto de caráter reformista que se contrapõe, de certa maneira, à orientação da pesquisa até então conduzida pela EMBRAPA. ALMEIDA (1987:162) observa que esse Programa "busca a construção de 'um novo padrão tecnológico' para alterar o quadro econômico e político. Esse novo padrão tecnológico baseia-se 'num desenvolvimento rural voltado às necessidades da população, sem vilipendiar os recursos naturais' ". O autor ainda comenta que os pesquisadores não alteraram sua perspectiva metodológica e o enfoque "produtivista" continuava hegemônico nessa Empresa, tendo o Programa sofrido severas críticas e pressões nos últimos anos. Com o afastamento de Luis Carlos Pinheiro Machado<sup>3</sup> da presidência da EMBRAPA, em 1986, o programa foi "engavetado" e esquecido.

---

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável por profundas alterações na estrutura política da EMBRAPA, a nível da formulação de metas de trabalho que objetivassem atender basicamente o pequeno produtor.

A proposta sindicalista é uma corrente que exerce grande influência no movimento por uma agricultura alternativa. Apesar das atenções voltadas majoritariamente às questões ligadas à política agrícola e à reforma agrária, a partir da década de 80, o sindicalismo rural levanta uma discussão sobre a questão tecnológica, ainda que de forma difusa. Um marco desse processo se dá no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1985), promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Na oportunidade, "os agricultores viam a necessidade da pesquisa agropecuária oficial desenvolver tecnologias 'alternativas' para a pequena produção agrícola, captadas dos próprios pequenos agricultores, levando em conta 'suas condições econômicas e sociais como também as condições ecológicas da região'" (ALMEIDA, 1987:148). Além disso, entendiam que a instalação da mecanização não deveria prejudicar a ocupação da força de trabalho, incentivando-se, paralelamente, o uso da tração animal além da adubação orgânica, do controle biológico de pragas e da diversificação das culturas.

Uma posição mais politizada do movimento sindical com relação à tecnologia é dada pela Central Unica dos Trabalhadores (CUT), com a criação da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação e do Departamento dos Trabalhadores Rurais. Com a tramitação no Congresso da Lei Agrícola, após a promulgação da Constituição de 1988, a CUT propõe uma transformação tecnológica quando registra que a pesquisa agropecuária deve ser orientada:

*"para gerar uma completa reformulação da tecnologia agrícola, de modo a se compatibilizar os objetivos de aumento de produção e produtividade com os objetivos de recuperação e preservação dos recursos naturais e do meio-ambiente e de colocar o progresso técnico a serviço dos interesses da população, eliminando os efeitos sociais, econômicos e ecológicos negativos produzidos pela geração, difusão e emprego da tecnologia agrícola que não atende às necessidades da maioria."*<sup>4</sup>

ALMEIDA (1987:107) sintetiza a proposta ecológico-ambientalista em três correntes: técnico-científica; conservacionista-preservacionista<sup>5</sup>; político-ecologista (figura 1). As visões de cada corrente são distintas entre si, no entanto objetivam um interesse comum que é o de "encaminhar a luta por uma sociedade mais ecológica".

Dentro da corrente técnico-científica, JESUS (1985:35) tenta localizar no tempo e no espaço as diferentes concepções do que ele considera de "movimentos de agricultura alternativa":

- a) agricultura biodinâmica;
- b) agricultura orgânica;
- c) agricultura biológica;
- d) agricultura ecológica;
- e) permacultura;
- f) tecnologia apropriada.

---

<sup>4</sup> Proposta para um Projeto de Lei Agrícola.

<sup>5</sup> corrente ligada ao movimento ecológico de preservação ambiental, já discutido neste capítulo.

A agricultura biodinâmica é fundamentada na Antroposofia, corrente filosófica fundada por Rudolf Steiner que "propõe abordagens relacionadas com diversos ramos do conhecimento humano (medicina, pedagogia, sociologia, economia, botânica, etc.), bastante diferenciadas da ciência oficial" (JESUS, 1985:36). As diretrizes básicas da biodinâmica caminham no sentido de encarar a propriedade agrícola como um organismo vivo, integrada em si mesma e em relação ao homem e ao cosmo. Duas características fundamentais dessa corrente são os preparados biodinâmicos e a influência dos astros sobre as plantas. O movimento biodinâmico mundial nasceu a partir de uma série de palestras proferidas por Steiner na Alemanha, em 1924, e hoje conta com várias fazendas espalhadas pelo mundo. No Brasil o movimento se iniciou na década de 70, com a experiência da Estância Demétria, em Botucatu (SP), onde também se localiza o Instituto Biodinâmico. Este último é responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, ensino e extensão em agricultura biodinâmica.

A agricultura orgânica tem suas raízes nos trabalhos de Albert Howard, na Inglaterra, onde o autor sustenta a idéia de que "a verdadeira fertilidade dos solos deveria estar assentada sobre um amplo suprimento de matéria orgânica e principalmente na manutenção de elevados níveis de húmus no solo" (JESUS, 1985:37). Através de suas pesquisas, Howard vislumbrou a importância das micorrizas<sup>6</sup> na agricultura, hoje de importância comprovada

<sup>6</sup> microorganismos do solo que beneficiam a absorção de nutrientes pela planta.

cientificamente. O movimento orgânico mundial segue valores que podem ser chamados de "ética orgânica", assim relacionados: a fundamentalidade na Natureza; o solo como fonte de vida; a alimentação do solo, não da planta; a diversificação da produção agrícola; a independência de fontes energéticas externas; a finitude dos recursos naturais.

O movimento mais recente é o da agricultura biológica, ligado às pesquisas de Claude Aubert, na França. Em seus trabalhos o autor demonstra a "irracionalidade dos métodos agrícolas propostos pela moderna ciência agrícola e demonstra os princípios fundamentais da agricultura biológica, assim como dá as bases para a prática da mesma" (JESUS, 1985:38). Os alimentos são encarados como princípios fundamentais à saúde do homem, fato que se dará somente com a qualidade biológica equilibrada, obtida a partir da existência de ecossistemas também equilibrados. No Brasil, o movimento ainda não é muito difundido.

Segundo JESUS (1985:39), a agricultura ecológica tem sido difundida no Brasil por José Lutzemberger e por Ana Maria Primavesi, com questionamentos a respeito da agricultura moderna e pregando a defesa da produção de alimentos livres de agrotóxicos e doses excessivas de adubos químicos. A idéia básica é a de que os solos de clima tropical devem ser tratados de maneira diferenciada daqueles de clima temperado, de onde herdou-se a tecnologia de cultivo, responsável pela degeneração dos solos tropicais.

A linha da permacultura é defendida por grupos de agricultores e ecologistas da Austrália, baseada nos "quatro

princípios de Fukuoka", biólogo japonês: não arar, não revolver o solo; não utilizar fertilizantes químicos ou compostos; não gradear nem usar herbicidas; não usar agrotóxicos. A base do método é alternar gramíneas com leguminosas, deixando sempre palha sobre o solo. Este também é um movimento pouco difundido no país.

A última corrente, citada pelo autor é a político-ecologista, resultado de um processo de politização de outras correntes como a conservacionista-preservacionista. ALMEIDA (1987:108) identifica nessa corrente quatro visões, a saber:

- visão humanista-naturalista;
- visão eco-libertária;
- visão eco-socialista;
- visão liberal.

A visão humanista-naturalista é a menos politizada das correntes pois não propõe nenhuma saída via transformação da sociedade. Sua proposta é a criação de um novo paradigma: a "visão ecológica das coisas". A agricultura terá que se tornar menos intensiva em capital e mais utilizadora da força de trabalho, independente das "estruturas megatecnológicas" que operam dentro de uma lógica capitalista de redução de custos a qualquer preço.

A visão eco-libertária é embasada no pressuposto de que o modelo desenvolvimentista moderno (industrial) é destruidor, na medida em que é centralizador e de proporções que fogem do

controle da sociedade. A proposta eco-libertária é calcada na descentralização da produção e "supõe democracia direta, autonomia, convivencialidade e controle social sobre a qualidade de vida e a integridade do ambiente" (ALMEIDA, 1989:129). Na agricultura, os produtores seriam incentivados a adotar tecnologias baratas, eficientes e acessíveis para uma produção mais diversificada, ligada a uma economia regionalizada e autosuficiente, fundamentada no cooperativismo e na autogestão.

Uma visão com caráter mais transformador é a eco-socialista. Os eco-socialistas freqüentemente criticam o modelo modernizante da agricultura, que dizem ser "fruto da sociedade industrial que emprega tecnologias não-ecológicas e baseia-se na monocultura" (ALMEIDA, 1989:133). Propõem, além de uma reforma agrária radical (com a expropriação e divisão dos latifúndios), um novo modelo agrícola voltado para o atendimento das necessidades básicas da população, mais adequado às pequenas propriedades, além de incentivar também o uso e a exploração coletiva das terras.

A visão liberal está calcada em propostas comprometidas com o modelo de desenvolvimento industrial moderno que tenta "conter o impacto destrutivo desse modelo e, ao mesmo tempo, tentando responder às críticas dos ecologistas" (ALMEIDA, 1989:136). São propostas como a do crescimento zero, a qual propõe uma estabilização no nível de crescimento industrial sem alterar as relações de produção e a da "economia do estado estacionário". Por estado estacionário, entende-se que, a partir de certo nível de desenvolvimento produtivo de uma determinada

economia, esta poderia parar de crescer, limitando-se a reproduzir o padrão material alcançado e se preocupar com lazer, cultura e atividades recreativas. Trata-se, evidentemente, de uma visão reduzida da problemática ecológica mundial, já que são notáveis as diferenças que separam os países mais desenvolvidos dos menos desenvolvidos. Estes últimos se encontram em estágios de desenvolvimento que ainda necessitam de sensíveis acréscimos de sua atividade industrial para que se atinjam um mínimo de equidade social.

A proposta do Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (PTA-FASE) é descrita separadamente. Ela traz em sua formulação, concepções diferenciadas sobre o movimento por uma agricultura alternativa, de certa maneira distintas das propostas anteriormente relacionadas.

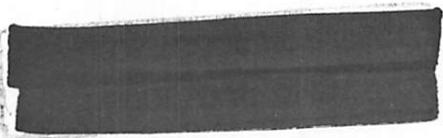
A FASE é uma entidade sem fins lucrativos de utilidade pública. Foi criada em 1961, com o objetivo de:

*"Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para esse fim, atividades, movimentos, organismos e associações"*.

É em decorrência dessa atuação e da ligação estreita que mantém com os movimentos populares rurais que lutam por uma

---

<sup>7</sup> Estatutos Sociais -FASE, art. 2º



economia, esta poderá parar de crescer, limitando-se a  
reproduzir o padrão de vida alcançado e não produzir com lucro,  
além das atividades reprodutivas. Trata-se, evidentemente, de uma  
visão reducionista da problemática econômica mundial, já que não  
recolhe as diferenças que existem no plano das desenvolvimento  
dos países desenvolvidos. Há, de fato, ao contrário do que se afirma  
de desenvolvimento que ainda necessitam de soluções específicas  
de suas atividades industriais para que se possam alcançar níveis de  
entidade nacional.

A proposta do Projeto de Tecnologia Alternativa da  
Federação de Grupos para a Assistência Social e Educacional (FAGE)  
(FAGE) é descrita separadamente. Ela trata em sua formulação  
conceitos diferenciados sobre o movimento por uma agricultura  
alternativa, de certa maneira distintas das propostas  
anteriormente mencionadas.

A FAGE é uma entidade sem fins lucrativos de utilidade  
pública, foi criada em 1961, com o objetivo de

"Promover nas parcelas da população em que  
seu trabalho a educação e o desenvolvimento,  
incentivando para tal, o comportamento de participação,  
organização e solidariedade, e criando ou estimulando  
para esse fim, atividades, movimentos, organizações e  
associações".

E em decorrência dessa atuação e da ligação estreita  
que mantém com os movimentos populares rurais que vivem por uma



melhor distribuição fundiária, uma política agrícola inadequada, uma menor dependência do capital industrial e comercialização que a FASE incorpora o PTA. A partir de contatos com experiências internacionais na área agrícola e ambiental, Jean Marc van der Weid e Sílvio Gomes de Almeida<sup>a</sup> propõem a articulação de uma equipe de assessoria a comunidades rurais, com o objetivo de "difundir um modelo alternativo ao esgotamento das práticas tradicionais dos pequenos produtores e à agricultura 'moderna', do tipo industrial" (WEID, 1985:10). As características atuais do projeto originaram-se a partir de um seminário promovido pela FASE em 1983, em Campinas-SP, onde lideranças rurais, técnicos e assessores avaliaram e discutiram como avançar no sentido da busca de um novo modelo de agricultura. Das experiências expostas no seminário, a plenária final escolheu cinco, para um acompanhamento mais sistemático e posterior avaliação. Foram elas:

- a. MOC - Movimento de Organização Comunitária, em Feira de Santana, BA;
- b. Projeto Vianei de Educação, em Lajes, SC;
- c. CAPA - Centro de Aconselhamento do Pequeno Produtor, em Santa Rosa, RS;
- d. PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas às Comunidades, em Campina Grande, PB;
- e. ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, em Francisco Beltrão, PR.

---

<sup>a</sup> Coordenadores do PTA-FASE.

Além do acompanhamento das experiências, constatou-se nesse seminário a necessidade de maiores contatos entre organizações de produtores. A ação se daria através de três propostas:

1. Criar uma dinâmica de identificação de soluções desenvolvidas pelos próprios produtores e difundí-las;
2. Sensibilizar as organizações do meio rural ou a ele ligadas quanto à proposta;
3. Criar uma dinâmica de ação coletiva através da formação de uma rede de articulação, englobando o universo organizado dos pequenos produtores rurais.

Gradativamente, o PTA foi assumindo um caráter mais político, tentando transformar a tecnologia alternativa em um:

*"Instrumento na luta dos pequenos produtores por sua permanência na terra(...), [como] um suporte na luta pela reforma agrária(...), [como] um instrumento de apoio aos movimentos populares rurais para que eles possam contar com mais esta arma na defesa de seus interesses econômicos e políticos"*.

O papel articulador e difusor da proposta de uma agricultura alternativa do PTA-FASE pode ser observado nos objetivos gerais do Projeto:

---

\* PTA - documentos.

" - *Estudar, sistematizar e avaliar, do ponto de vista social, econômico e agrônomo, experiências da geração, adaptação e utilização de tecnologias apropriadas por pequenos agricultores;*

- *Formar uma rede nacional de informação, intercâmbio e ajuda mútua, englobando movimentos de pequenos produtores (sindicatos, pastorais, associações, etc.) e de técnicos comprometidos com o fortalecimento do modelo alternativo de desenvolvimento agrícola;*

- *Prestar serviços de assessoria a organismos e comunidades de pequenos produtores, em particular nas áreas de produção, comercialização, formação e organização do trabalho*<sup>10</sup>.

Na prática, a articulação se dá através de uma rede de intercâmbio com equipes próprias ou conveniadas com outras entidades, com atuação em 10 estados (MA, CE, PE, PB, BA, MG, ES, PR, SC e RS), além da Coordenação Nacional, no Rio de Janeiro, Coordenações Regionais e um escritório de assessoria em São Paulo. O objetivo básico da rede é identificar, coletar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas junto aos pequenos produtores. Posteriormente à criação da rede, surgem os primeiros Centros de Tecnologias Alternativas (CTA's), com a idéia:

---

<sup>10</sup> *idem.*

*"de se experimentar determinadas tecnologias no sentido de se verificar sua viabilidade e seu grau de adequação a uma realidade específica (...) (além de) colocar como fundamental a presença permanente dos pequenos agricultores da região, privilegiando-se o que poderíamos chamar de troca entre o saber técnico e o saber popular"* (BORGES, 1988:62).

A atuação do PTA-FASE (descentralizada nos CTA's) configura um quadro similar ao analisado por OAKLEY (1980:15) em seu trabalho sobre participação social e atuação da FASE no Nordeste, onde o autor adota alguns conceitos-chaves para a análise desse tipo de experiência: participação, solidariedade, organização, faculdade crítica e articulação (Quadro 3). São conceitos baseados, em grande parte, nas teorias de Paulo Freire, onde o ponto de vista educacional está sempre presente na atuação dos técnicos. Mais especificamente, a nível de CTA, a intervenção parte da crítica ao tipo de ação convencional de extensão difundida pelos organismos oficiais e se baseia nos seguintes aspectos:

- A afirmação do saber camponês;
- O aproveitamento dos recursos naturais;
- Uma concepção universalizante do trabalho técnico;
- A inserção da tecnologia alternativa nas formas históricas de organizar a produção camponesa<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> RIBEIRO, E. Metodologia de trabalho no campo (documento preliminar).

Tomando por base os conceitos-chaves de OAKLEY (1980, QUADRO 3), todo o trabalho do PTA-FASE, seja num nível mais geral ou regionalizado através dos CTA's, leva em conta a participação, pois todas as decisões são tomadas em conjunto com os produtores, respeitando seu saber próprio e atuando dentro de estruturas organizativas em que o produtor é efetivamente associado do CTA. A solidariedade também se mostra presente e se intensifica nas condições de falta de recursos e, às vezes de miserabilidade, em que se encontram os produtores participantes. A organização e a articulação se dão na medida em que todo o trabalho é realizado conjuntamente com as estruturas de representação dos produtores (sindicatos, associações, cooperativas) ou numa tentativa de estimular tal tipo de associativismo e cooperação. Para tanto, torna-se fundamental desenvolver e aprofundar a faculdade crítica dos participantes, uma vez que a percepção de sua condição social e dos agentes transformadores da sociedade é fator essencial para que o CTA desenvolva os objetivos propostos pelo PTA-FASE.

**QUADRO 3 - Síntese dos conceitos-chaves para o estudo da participação social, adaptados de OAKLEY (1980).**

---

**Faculdade crítica** - relaciona-se com o desenvolvimento a nível do indivíduo e do grupo da consciência da realidade em que vive, a qual é definida em termos dos interesses do grupo, vis-a-vis outros grupos ou segmentos da sociedade.

**Participação** - refere-se não somente à associação ao grupo mas, fundamentalmente, ao envolvimento dos membros do grupo na identificação de problemas e suas causas, na tomada de decisões, planejamento, execução e avaliação das ações.

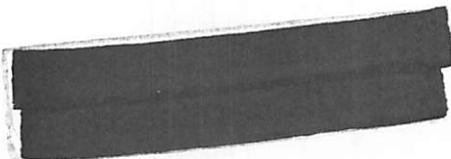
**Organização** - diz respeito estruturação interna do grupo para que os membros assumam, efetivamente, o seu controle, evitando que sua sobrevivência esteja na dependência do agente externo ou de um líder.

**Solidariedade** - refere-se à predisposição para a cooperação entre os membros do grupo, no sentido de desenvolverem ações que visam a solução de problemas comuns.

**Articulação** - relaciona-se com a extensão da solidariedade a outros grupos que possuem problemas similares. A articulação visa aumentar o poder dos grupos às forças que o empurram para uma marginalização crescente.

---

Pode-se assumir que, levando em consideração os comentários de diversos autores, o movimento por uma agricultura alternativa é composto por dois grupos gerais, a saber: a) Grupo técnico-conservacionista; b) Grupo social-transformador.



GRUPO 3 - Síntese de conceitos-chaves para o estudo da sociologia social, adaptadas de OAKLEY (1980).

Realidade crítica - relaciona-se com o desenvolvimento a nível do indivíduo e do grupo da consciência da realidade em que vive, a qual é definida em termos dos interesses do grupo, vis-a-vis outros grupos ou segmentos da sociedade.

Participação - refere-se não somente à associação ao grupo mas, fundamentalmente, ao envolvimento dos membros do grupo na identificação de problemas e suas causas, na tomada de decisões, planeamento, execução e avaliação das ações.

Organização - diz respeito à estruturação interna do grupo para que os membros tenham, efetivamente, o seu controle, evitando que sua sobrevivência esteja na dependência de agente externo ou de um líder.

Solidariedade - refere-se à predisposição para a cooperação entre os membros do grupo, no sentido de desenvolver ações que visem a solução de problemas comuns.

Articulação - relaciona-se com a extensão da solidariedade e outros grupos que possuem problemas similares. Articulação visa aumentar o poder dos grupos às forças que o espreme, para uma maior eficácia e crescimento.

Poderes sociais - que, levando em consideração as características de diversos setores, o movimento por uma realidade alternativa é composto por dois grupos sociais a saber: o grupo técnico-conservacionista e o grupo social-transformador.



O primeiro engloba todas as propostas que tem a tecnologia alternativa como fim, ou seja, a transformação tecnológica é seu objetivo final. Todas as demais considerações (p.ex. a transformação social no campo) são tidas como conseqüências naturais do processo, ou nem mesmo são consideradas. Podem ser incluídas aqui, como exemplos deste grupo, a proposta oficial e, dentro da proposta ecológico-ambientalista, as correntes técnico-científica e a conservacionista-preservacionista.

O segundo grupo tem como objetivo a transformação da sociedade, via práticas político-organizativas. A tecnologia alternativa, neste caso, é apenas uma dos instrumentos de que o movimento se utiliza para atingir suas metas. Como exemplos deste grupo, podemos citar a proposta sindicalista e a corrente político-ecologista da proposta ecológico-ambientalista. Parte-se da premissa que o PTA-FASE também é parte integrante desta corrente, tendo em vista os objetivos de sua proposta. Outra característica importante desse grupo é sua atitude crítica de contestação frente à modernização conservadora da agricultura e ao modo capitalista de produção imposto ao setor rural.

## **5. CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS: ORIGEM E TRAJETORIA.**

### **5.1 Montes Claros e a realidade do Norte de Minas Gerais.**

A fase de campo da pesquisa se desenvolveu na região de Montes Claros, norte do estado de Minas Gerais, onde se localiza o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, objeto de estudo. Segundo o censo de 1991, a microrregião de Montes Claros possui 466.828 habitantes, sendo 57% pertencentes à área urbana e 43% à área rural<sup>12</sup>.

No tocante à população rural, é possível observar que, de acordo os dados do Censo Agropecuário da FIBGE, a distribuição fundiária muito se assemelha à distribuição nacional. Os dados do Quadro 4 mostram que em 1985, 49,72% possuíam área inferior a 20 ha e, no entanto, ocupavam apenas 2,89% da área total. Enquanto isso, no mesmo período, somente 2,02% do total das propriedades possuía área superior a 1000 ha, ocupando, entretanto, 44,54% da área total. Observa-se, ainda, que a concentração se intensificou de 1970 a 1985, pois o número de pequenas propriedades aumentou 76,97%, enquanto a área por eles ocupada se elevou em apenas 29,53% (quadro 4).

---

<sup>12</sup> FIBGE. Censo demográfico - Minas Gerais (1980/91).

**QUADRO 4. Número de propriedades e área total ocupada na micro-região de Montes Claros, MG (1970/85).**

ANOS	1970		1985	
	número	área (1000 ha)	número	área (1000 ha)
< 20	6517	66,07	11533	85,58
20 - 100	7185	351,14	7134	334,62
100 - 1000	4338	1255,56	4059	1220,93
> 1000	431	1260,82	469	1317,80
<b>TOTAL</b>	<b>18471</b>	<b>2933,59</b>	<b>23195</b>	<b>2958,94</b>

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário - Minas Gerais (1970/85).

Quanto à condição legal das terras, segundo o censo agropecuário de 1985, 85,7% das propriedades pertenciam aos produtores, enquanto 2,4% eram arrendadas e 11,9% ocupadas. No tocante à utilização, o Quadro 5 mostra que 62,6% das terras eram ocupadas com pastagens, 8,74% com lavouras, 5,17% com reflorestamento e 23,49% com matas nativas. Nota-se, ainda, que no período de 1970 a 1985, o percentual de áreas utilizadas com reflorestamento aumentou de 0,05 para 5,17%, representando um acréscimo de 129,4 mil ha. Em detrimento de tal fato, apresentou-se uma diminuição de 24,25 para 23,49% no total de matas nativas, representando um desmatamento de aproximadamente 2.400 ha. Tal fato indica um avanço da atividade silvicultural na região, fornecedora de carvão para o complexo siderúrgico mineiro.

**QUADRO 5. Utilização das terras na microrregião de Montes Claros, MG (1970/85).**

ANOS	1970		1985	
	AREA(1000 ha)	%	AREA(1000 ha)	%
LAVOURAS	131,08	5,35	220,31	8,74
PASTAGENS	1725,41	70,36	1578,72	62,61
REFLOREST.	1,07	0,05	130,47	5,17
MATAS NATURAIS	594,61	24,25	592,23	23,49
TOTAL	2452,17	100	2521,73	100

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário - Minas Gerais (1970/85).

Dados de 1985, referentes ao pessoal ocupado na microrregião de Montes Claros, mostram, segundo o quadro 6, que 57,55% da mão-de-obra utilizada nas propriedades era familiar, enquanto empregava-se 12,42% de mão-de-obra permanente e 28,04% de temporária, sendo 1,99% do pessoal constituído de parceiros. Cabe ressaltar que, de 1970 a 1985, houve uma redução de 64,64 para 57,85% na utilização de mão-de-obra familiar, enquanto ocorreu um aumento de 30,69 para 40,46% na utilização de mão-de-obra empregada permanente e temporária.

**QUADRO 6. Pessoal ocupado (mais de 14 anos de idade) na microrregião de Montes Claros, MG (1970/85).**

ANOS MAO-DE-OBRA	1970		1985	
	Nº(1000)	%	Nº(1000)	%
FAMILIAR	54,65	64,64	65,90	57,55
EMPREGADOS PERMANENTES	5,77	6,82	14,22	12,42
EMPREGADOS TEMPORARIOS	20,18	23,87	32,11	28,04
PARCEIROS	3,95	4,67	2,28	1,99
<b>TOTAL</b>	<b>84,55</b>	<b>100</b>	<b>114,51</b>	<b>100</b>

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário - Minas Gerais (1970/85).

Todos esses dados servem para se traçar um perfil mínimo da situação econômica e fundiária da região. O avanço do capitalismo agrário, via modernização conservadora, pode ser exemplificado a partir das condições da região em análise, onde a distribuição fundiária, a crescente mercantilização da produção agrícola e a situação de decréscimo da força de trabalho familiar são indicadores do processo modernizante conservador.

O fato do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas optar por atuar nesta região está intimamente ligado às características locais e à conseqüente condição de expropriação do pequeno produtor, o que será discutido a seguir.

## 5.2 Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Neste capítulo toma-se como premissa que todas as organizações que trabalham com as questões ligadas à agricultura alternativa e que de certa maneira são ligadas ao PTA-FASE assumem a proposta deste programa como objetivo central de trabalho. Optou-se, portanto, pela seleção de uma de tais instituições como objeto de análise e fonte de possíveis inferências para todo o grupo do PTA-FASE e, em última instância, à corrente social-transformadora da agricultura alternativa. Desta forma, traça-se um perfil do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, inserindo-o no contexto histórico, discutido no início deste trabalho, mostrando de que maneira o movimento contestador da agricultura convencional se dá e se estabelece localizadamente.

### 5.2.1 Criação e transformação

Em 1983, durante um seminário em Campinas, nos trabalhos iniciais do que veio a se chamar mais tarde de PTA-FASE, foram traçados alguns caminhos e objetivos que a organização passaria a ter a partir daquele momento. Uma das principais necessidades citadas, então, foi a priorização da criação de uma rede nacional, articuladora de experiências e pessoas ligadas às questões vinculadas à agricultura alternativa e à pequena produção.

Em Minas Gerais, as atividades de articulação se deram a partir de contatos com organizações que, de alguma maneira, mantivessem vínculos com públicos do setor rural, e com potencial de trabalho na área da agricultura alternativa. Uma delas foi a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Tal aproximação se deu devido à articulação que a organização mantinha com sindicatos de trabalhadores rurais, pois estes, por sua vez, já efetuavam normalmente a organização e a articulação do segmento dos trabalhadores e pequenos produtores rurais. Com isso pensou-se ser possível mapear frentes de trabalho no Estado. Outra aproximação se deu com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) devido à sua história de atuação no meio rural, a nível da organização de pessoas carentes.

No âmbito da organização estatal, contatos foram estabelecidos com a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), já que esta Secretaria possuía técnicos que atuavam no meio rural, numa relação próxima com a pequena produção. A articulação com a SETAS se intensificou a ponto da criação de uma rede de intercâmbio de tecnologias alternativas no estado (ligada ao PTA-FASE) chamada REDE-ULTRAMIG, sendo a ULTRAMIG uma fundação ligada à SETAS.

Em seus trabalhos iniciais de articulação estadual, a REDE acompanhou, em julho de 1985, a organização do Encontro de Agricultura Alternativa em Montes Claros. Do Encontro participaram trabalhadores rurais, sindicalistas e técnicos da região preocupados em discutir os problemas regionais, entre os quais se destacava o visível e crescente empobrecimento dos

pequenos produtores e a ineficiente atuação das organizações públicas de pesquisa e extensão rural:

*"Foi muito criticada a atuação dos órgãos de governo, principalmente a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais) e a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais), que não estavam a serviço dos pequenos produtores."*<sup>13</sup>

Fica clara a insatisfação dos participantes do Encontro com a atuação do Estado que, no caso citado, está representado por órgãos que, a princípio, deveriam estar pesquisando e difundindo técnicas de interesse dos pequenos produtores. No entanto, nota-se que os pequenos produtores ali representados não se sentiam satisfeitos com tal atuação. Tal atitude crítica mostra o nível de insatisfação com a ação de órgãos do Estado, o que faz surgir uma demanda de novas formas de atuação junto aos pequenos produtores, culminando com a decisão de que os "participantes decidiram organizar uma entidade dirigida pelos próprios trabalhadores."<sup>14</sup>

Em janeiro de 1987, dois técnicos iniciaram o trabalho de formação e implementação do Centro, a partir de um projeto elaborado por membros da SETAS e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A FASE obteve recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para um trabalho inicial de dois anos.

---

<sup>13</sup> Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - documentos.

<sup>14</sup> *idem*.

"A idéia que se tinha do CTA era um centro de experimentação, capacitação e difusão de tecnologias alternativas. Teríamos uma área onde se estudaria técnicas dos agricultores e técnicas feitas nas universidades e entidades de pesquisa. Os cursos seriam feitos com lideranças, discutindo as questões de produção e política agrícola."<sup>18</sup>

Nesta consideração, é possível referir-se a dois aspectos discutidos no capítulo 4. Um primeiro diz respeito à "afirmação do saber camponês", quando se pretende estudar as "técnicas dos agricultores", para daí traçar as linhas de trabalho da entidade. Um segundo aspecto está relacionado com "a concepção universalizante do trabalho técnico", pois discute-se as atribuições dos técnicos do CTA num espectro que vai desde o resgate do saber camponês e do conhecimento científico, até o trabalho político com lideranças locais. A "dialética da persistência camponesa" encontra aqui uma forma peculiar de existência, onde se traduz na democratização do saber e na possibilidade de se proporcionar aos pequenos produtores uma real independência dos recursos da "modernização conservadora", através da valorização de tecnologias apropriadas e adequadas à sua realidade e sob seu domínio. Configura-se, assim, uma espécie de "nova persistência", onde a questão ecológica permeia uma reinterpretação do saber camponês, associada à uma situação de mudança social, oriunda do processo de penetração do capitalismo no campo.

---

<sup>18</sup> *idem*.

Em fevereiro de 1987, um encontro foi realizado e nele foi criada uma comissão que seria o fórum para discussão dos rumos do Centro a partir daquele momento. O Ministério da Agricultura ofereceu, então, uma área de 76 hectares para a efetivação dos trabalhos de pesquisa e experimentação. No entanto, o uso do local apresentava problemas legais e riscos de contaminação, pois tratava-se de um antigo depósito de agrotóxicos proibidos e apreendidos. Com isso, a comissão resolveu que os técnicos passariam a atuar diretamente no campo, em contato com os pequenos produtores e suas organizações.

A partir desse contato inicial, considerou-se fundamental uma pesquisa preliminar que buscasse definir os problemas e a realidade da região, levantando questões como "o acesso à terra, a ação da política agrícola sobre os pequenos agricultores e como eles se organizavam nos sindicatos."<sup>16</sup>

Apresentados e discutidos os dados da pesquisa, foi realizado um outro encontro, em novembro de 1987, onde foram traçadas as metas para o próximo ano:

- "- Divulgação de Tecnologias Alternativas pelos agricultores;
- Cursos devem ter mais práticas;
- Produzir sem veneno e com pouco adubo químico;
- Ocupar terras ociosas de maneira organizada;
- Criação de mais delegacias sindicais;
- Exigir que os sindicatos trabalhem com questões da pequena produção, principalmente o crédito rural;

---

<sup>16</sup> *idem*.

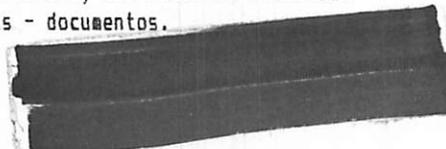
- O CTA deve negociar recursos com o PAPP<sup>17</sup> , mas, sem ficar de rabo preso;
- Criar mini-mercados e depois cooperativas;
- Lutar contra os prejuízos causados pelas barragens;
- Selecionar plantas e sementes;
- Sistema de assistência técnica independente;
- Eleger trabalhadores comprometidos com a luta;
- FETAEMG e sindicatos devem fiscalizar as ações do PAPP, e não fazer trabalho do governo."<sup>18</sup>

Apesar das preocupações com questões técnicas, explicitadas através de metas como reduzir a utilização de adubo químico, não utilizar agrotóxicos e selecionar plantas e sementes, as demais propostas calcam-se em questões político-organizativas. Neste momento, o PAPP é julgado com muita desconfiança e, portanto, deve ser fiscalizado pelos trabalhadores "sem ficar de rabo preso". Mesmo quando cria instrumentos que teoricamente se destinam a superar a pobreza no campo, numa tentativa de privilegiar os pequenos produtores (como no caso do PAPP), o Estado é incapaz de cumprir com seus objetivos explícitos e acaba induzindo, implicitamente, a uma aceleração da expropriação destes pequenos produtores. O Estado torna-se um agente da modernização conservadora, travestido em propostas fundamentadas na superação da pobreza no campo.

---

<sup>17</sup> Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, gerido pelo Estado, com recursos externos.

<sup>18</sup> Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - documentos.



- O IIA deve negociar acordos com o EAPM, mas, sem limitação de prazo;
- Criar mini-mercado e depois cooperativas;
- Lutar contra os prejuízos causados pelas mudanças;
- Melhorar plantas e sementes;
- Sistemas de assistência técnica independente;
- Fazer trabalhos comprometidos com a luta;
- FETABM e sindicatos devem fiscalizar as ações do PAPP, e não fazer trabalho de governo.

Apesar das negociações com grupos técnicos, explicitadas através de notas com redação estratégica de apoio político, não houve ações concretas e reações positivas. A maioria das propostas calou-se em reuniões políticas organizativas. Neste momento, o PAPP é julgado como uma organização e, portanto, deve ser liquidada. Alguns trabalhadores são ligados ao PAPP, mas não foram realizados movimentos que tornam evidente as diferenças e pontos de conflito, numa tentativa de privilegiar os pequenos produtores (caso no caso do PAPP), o Estado é incapaz de garantir aos seus objetivos explícitos - acabe indústria, industrialização, etc. - a realização da experiência de melhor produção produzida. O Estado forma-se na esfera da administração conservadora, fixando-se em propostas fundamentadas na superação da pobreza no campo.



### 5.2.2 Consolidação e objetivos

A partir das metas estabelecidas, a equipe passou a desenvolver, no ano de 1988, uma série de atividades com os produtores que objetivaram consolidar o Centro de Agricultura do Norte de Minas, conforme descrição a seguir.

1ª Registro de Experiências e Tecnologias dos Agricultores - Acompanhamento efetuado pelos técnicos onde são registradas experiências dos agricultores e soluções que os mesmos encontram para os problemas de seu cotidiano. São tecnologias adaptadas às condições locais que podem ser incorporadas ao trabalho técnico, sistematizadas e difundidas;

2ª Acompanhamento de Pequenas Propriedades, com Experimentação e Difusão de Tecnologias Alternativas - Trabalho de acompanhamento efetuado pelos técnicos do Centro mediante roteiro denominado "Planilhas para Acompanhamento". Trata-se de documentos de registro onde o técnico efetua um controle de todas as atividades da propriedade, a nível de benfeitorias, área utilizada, força de trabalho, animais, produção e produtividade, custos, comercialização, etc;



2.2.3. Consolidação e extensões

A partir das metas estabelecidas, a equipe passou a desenvolver, no ano de 1985, um série de atividades com os produtores que objetivava consolidar o Centro de Agricultura da Parte de Minas, com a descrição a seguir:

15. Realizar a Experimentação e Tecnologia das Atividades - Acompanhamento efetivo pelos técnicos com as respectivas experiências e dos agricultores e ações que os mesmos encontram para os problemas de seu cotidiano. São tecnologias adaptadas às condições locais que podem ser incorporadas ao trabalho técnico, sistematizadas e difundidas;

16. Acompanhamento de Pequenas Empresas - Realizar Experimentação e Trabalho de Tecnologia Adaptadas - Trabalho de acompanhamento efetivo pelos técnicos do Centro mediante visitas domiciliares, reuniões para acompanhamento, testes de documentação de registro e de técnicas e/ou um controle de rotina as atividades de produção, a nível de beneficiar, bem como, utilizar, força de trabalho, animais, produtos e produtividade, custos, comercialização, etc;



3ª Cursos - Dentro de um programa de treinamento foi realizada uma série de cursos e encontros, envolvendo temas como: solos, política agrícola, agricultura alternativa e atividades com posseiros. Temáticas como política agrícola e agricultura alternativa superam o caráter técnico de uma intervenção oficial. Observa-se, portanto, o interesse pelo Centro por questões ligadas às práticas político-organizativas, conforme premissa apresentada anteriormente.

4ª Apoio aos sindicatos da região - Assessoria sindical tanto a nível de fundação de novos sindicatos como de acompanhamento das atividades correntes.

5ª Comunicação e Documentação - Estrutura de apoio montada para subsidiar as demais atividades do Centro. São arquivos fotográficos, folhetos informativos e demais publicações de interesse.

Ao final do período de 1988, foi realizado um encontro onde foi feita uma avaliação de todas as atividades desenvolvidas e citadas acima. Nesse encontro estavam presentes técnicos, agricultores e convidados. Uma questão levantada naquela ocasião foi a crítica à EMATER quanto à sua atuação no meio rural: "A EMATER trabalha muito pouco com o pequeno agricultor, e só traz a agricultura química, trabalhando mais com os grandes." Questiona-se, aqui, o comprometimento da instituição com a indústria agroquímica e os "grandes" produtores. A EMATER e, em última instância, o Estado, é mais um instrumento da modernização

conservadora, na medida em que proporciona a implementação de práticas modernizantes ("agricultura química"), a serviço de um setor privilegiado do meio rural.

Por outro lado, valoriza-se formas como a "agricultura alternativa [pois] ensina técnicas naturais e tem compromisso com o pequeno agricultor, buscando um aumento da produção e diminuição dos custos." Em síntese, os participantes crêem na agricultura alternativa enquanto instrumento de transformação que alia "técnicas naturais" com o "compromisso com o pequeno produtor."

### 5.2.3 Estrutura operacional e administrativa

A partir dos referidos encontros e avaliações, foi estruturado o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, enquanto organização formal. A equipe passou a contar com os seguintes profissionais:

- 03 técnicos da área agrônômica;
- 02 técnicos da área social;
- 01 técnico de nível médio;
- 02 auxiliares administrativos.



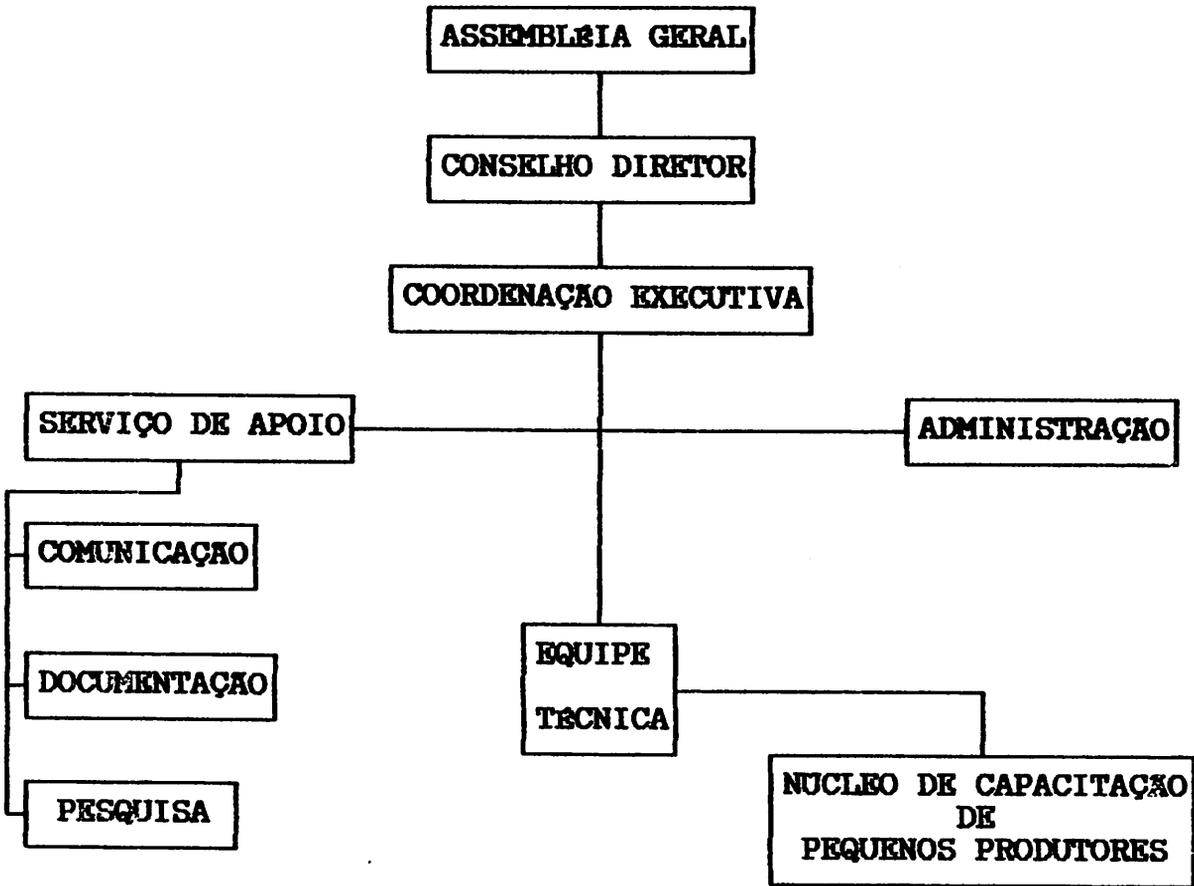
construções, na medida em que propõem a implantação de  
 práticas modernas ("agricultura científica"), a serviço de um  
 setor privilegiado do meio rural.

Por outro lado, valoriza-se a técnica agrícola  
 alternativa (pois) em sua técnica natural e sem compromisso com  
 o regime agrícola, processo em âmbito de produção e  
 distribuição dos custos. Em síntese, as experiências acima na  
 agricultura alternativa engunho instrumento de transformação que  
 não "técnica natural" com o compromisso com o regime  
 produtivo.

### 5.2.3. Estrutura operacional e administrativa

A partir dos relatórios encontrados e analisados, foi  
 estruturado o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de  
 Minas, engunho organização formal. A seguir passamos a analisar  
 as estruturas operacionais:

- 01 técnico de nível médio;
- 02 técnicos de área assist;
- 03 técnicos de área assist;
- 02 auxiliares técnicas assistivas.



**FIGURA 2:** Organograma do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

A figura 2 mostra o organograma da entidade. Um Conselho Diretor, nomeado pela Assembléia Geral indica, por sua vez, uma Coordenação Executiva que dirige o Centro segundo suas diretrizes gerais. Situações mais complexas são decididas pelo Conselho Diretor que, caso não tenha como deliberar sob tais casos, remete-os à Assembléia Geral, instância máxima do Centro.

Apesar de haver uma estrutura democrática teoricamente bem definida, a Coordenação Executiva acaba tomando grande parte das decisões, apesar de se situar como uma terceira instância de representatividade. É ela quem, por exemplo define as contratações e a metodologia de trabalho da equipe técnica.

A equipe técnica é assessorada por um setor administrativo e por um setor de apoio, que é formado por uma biblioteca (documentação e pesquisa). Também existe à disposição dos técnicos uma estrutura de comunicação (vídeo, foto, som).

A nível de campo, a atuação da equipe técnica se dá diretamente com os pequenos produtores ou indiretamente por intermédio de um núcleo de capacitação. Trata-se de uma área adquirida pelo Centro onde se desenvolvem atividades de pesquisa/experimentação e capacitação, através de cursos e treinamentos. A aquisição da área representa a possibilidade de validar, regionalizadamente, as tecnologias alternativas propostas pelo PTA-FASE ou mesmo aquelas observadas junto aos pequenos produtores da região. Cabe aqui a noção de tecnologias adaptadas, em contraposição aos "pacotes" tecnológicos impostos pela estrutura oficial de extensão, sem a devida adequação às condições locais da área de intervenção. A adaptação tecnológica das práticas implementadas pelo movimento que demanda uma agricultura alternativa está intimamente relacionada com a capacidade do próprio movimento criar uma nova relação extensionista, ou seja, conjuga-se o tecnológico e o ambiental numa tentativa concreta de impedir o avanço histórico do capitalismo no campo. Há uma substituição de valores clássicos de

referência tais como produtividade, eficiência/eficácia, por um novo modelo de desenvolvimento, adaptado social, política e ecologicamente à pequena produção.

O trabalho com os pequenos produtores é orientado pelas seguintes diretrizes de ação e seus públicos:

1ª Acompanhamento - Trabalho sistemático e direto nas propriedades e assentamentos, onde se discutem práticas de agricultura alternativa que são acompanhadas e monitoradas com o decorrer do tempo;

2ª Formação - Trabalho desenvolvido junto aos pequenos produtores ou no núcleo de capacitação, envolvendo, principalmente, lideranças comunitárias e, em alguns casos, técnicos de outros setores. O objetivo é implementar um treinamento em agricultura alternativa;

3ª Assessoria - O público, neste caso, é formado por sindicatos de trabalhadores rurais, associações e cooperativas. O trabalho desenvolvido visa assessorar tais entidades em questões organizativas, tais como elaboração de estatutos, etc..

A definição destas três linhas mostra mais uma vez que a atuação da equipe junto ao público envolvido supera a condição meramente técnica e avança no campo político da organização e da representatividade dos pequenos produtores. Cabe, ainda, ressaltar que as atividades são direcionadas preferencialmente aos pequenos produtores, participando delas, contudo, outros segmentos, tais como técnicos e trabalhadores rurais.

A opção de trabalhar com a pequena produção é política, na medida em que vincula o trabalho do Centro à própria gestão e decisão da categoria. Os pequenos produtores superam a condição de assistidos para assumir a direção do Centro, conforme demonstrado através dos Encontros que objetivavam traçar as diretrizes da entidade.

A diferenciação de atuação do Centro com relação àquela praticada pelo Estado se dá, portanto, em dois níveis. Um primeiro é o envolvimento direto com a pequena produção, não só enquanto público alvo de intervenção, mas também e, principalmente, porque a categoria é encarada como objetivo fim da ação do Centro e do próprio PTA-FASE. A tecnologia é vista, pois, como meio, ou seja, um instrumento político de fortalecimento dos pequenos produtores, e essa é exatamente a segunda característica que diferencia a atuação do Centro da intervenção do Estado. A pretensa neutralidade da tecnologia é desmistificada e transformada em objeto de transformação da sociedade.

Financeiramente o Centro é mantido através de projetos de sustentação que compreendem auxílios para investimentos (veículos, área de experimentação) e para custeio da entidade (salários, combustível, materiais). As fontes de financiamento, num primeiro momento, se deram a partir de agências nacionais (como a FINEP, por exemplo) e, no período da pesquisa, toda a sustentação financeira da entidade estava centrada em agências de cooperação da Alemanha, ligadas à Igreja Católica. A dependência

de fontes externas de recursos é um fato que gera uma certa fragilidade na continuidade do trabalho do Centro:

*"É um desafio. O Centro é uma entidade especializada, tem um quadro técnico especializado, caro e dificilmente o movimento social vai sustentar um quadro desse tipo."* (A., técnico do Centro)

A autosustentação é tida como um projeto de longo prazo e que dificilmente será calcado em estruturas dos próprios pequenos produtores, apesar serem estes os maiores interessados. Esse é um ponto bastante frágil do processo, uma vez que a continuidade da manutenção financeira pode ser interrompida, pois, segundo os técnicos:

*"não se sabe quanto tempo se conseguiria manter com recursos de agências do exterior."* (M., técnico do Centro)

As alternativas sugeridas para contornar o problema vão desde a cobrança de taxas em eventuais cursos efetuados na área de capacitação, até a sustentação via agências nacionais de financiamento. O objetivo seria fazer com que a própria sociedade se encarregasse de manter a estrutura do Centro, por entendê-lo como fundamental para os pequenos produtores.

### 5.3 O Centro e seus personagens: limites de uma experiência.

Este tópico tem como objetivo analisar os depoimentos dos entrevistados envolvidos na experiência, bem como aqueles tidos como observadores. Foram adotados três grupos de análise: 1º) os técnicos do Centro; 2º) os técnicos da rede oficial de intervenção rural e 3º) os pequenos produtores.

#### 5.3.1 Técnicos do Centro: a prática da militância

Uma característica observada em todos os técnicos envolvidos na experiência foi a estreita vinculação de seu trabalho com a militância, ou seja, assumir o resgate da pequena produção e da tecnologia alternativa como objetivo pessoal de vida. O envolvimento se dá, portanto, num nível de proximidade e convivência.

Ao responderem questões relacionadas à concepção pessoal do Centro, os técnicos invariavelmente demonstram especial interesse em se aliar aos pequenos produtores a fim de transformarem sua condição sócio-econômica:

*"Quando penso no Centro, penso no modelo agrícola, no modelo tecnológico, no modelo de produção e numa agricultura alternativa como um modelo de desenvolvimento rural diferente, num enfoque diferente do que vinha sendo feito até aqui: priorizar o camponês, tira-lo dessa marginalização, desse isolamento."* (E., técnico do Centro)

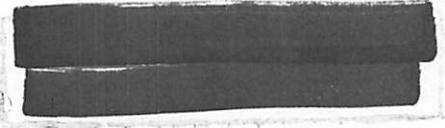
O técnico coloca a agricultura alternativa praticada pelo Centro como um avanço em relação às concepções convencionais de desenvolvimento rural, numa tentativa de priorizar o pequeno produtor. A contestação às formas historicamente definidas da agricultura convencional se dá a partir da concepção da agricultura alternativa como um "modelo de desenvolvimento rural diferente". A diferença se encontra na superação das estruturas oficiais de intervenção, uma vez que o Estado atua no sentido de impor um modelo meramente tecnológico, vinculado aos interesses industriais, distantes da realidade dos pequenos produtores.

A contextualização histórica do movimento por uma agricultura alternativa é marcada pela constatação, por parte dos técnicos, da falência do modelo convencional de agricultura e do conseqüente surgimento de experiências relacionadas às novas formas de produção e sua articulação:

*"Só mais recentemente que essa questão da agricultura alternativa foi colocada de uma forma mais ampla; a partir dos EBAA's<sup>17</sup>, muito tendo em vista a crise que o modelo de agricultura modernizante teve nos últimos anos; a questão do meio ambiente, da contaminação dos produtos, das próprias conseqüências sociais da modernização da agricultura em relação à questão da concentração da terra (...) enfim, dessa crise toda, de certa forma acelerou-se o processo de discussão da agricultura alternativa."* (E., técnico do Centro)

---

<sup>17</sup> Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa. Realizados a cada 2 anos, chegaram a reunir 4000 pessoas, entre técnicos, pesquisadores, agricultores e estudantes.



O modelo de desenvolvimento agrícola é apresentado de forma alternativa, pois o desenvolvimento agrícola não é visto como um processo linear, mas sim como um processo de transformação contínua. A análise da realidade agrícola é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental. A análise da realidade agrícola é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental.

A contextualização histórica do movimento por uma agricultura alternativa é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental. A análise da realidade agrícola é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental.

Em um momento que se questiona a forma de produção agrícola, a análise da realidade agrícola é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental. A análise da realidade agrícola é feita a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando as relações entre os diferentes setores da economia e a sociedade. O modelo proposto visa a promover o desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, social e ambiental.

(Centro)



Mesmo pensando e agindo em seu contexto, pode-se perceber, ainda assim, que a própria atuação do PTA-FASE apontava problemas que deviam ser reparados, principalmente no que diz respeito à questão da produção. Os técnicos passam a encarar a Agroecologia (ciência defendida pelo pesquisador chileno Miguel A. Altieri), como uma possível saída para os impasses tecnológicos existentes no ambiente do pequeno produtor, "que é uma coisa que o PTA-FASE não colocava muito claro." (Mazan, técnico do Centro). Tal interesse se dá na medida em que as condições da região dificultam a implementação de um modelo alternativo de produção agrícola.

É nítido, portanto, o interesse em estudar a dinâmica ambiental própria da região do norte de Minas Gerais para que se possa avançar em propostas agrícolas que tornem a produção da região mais adaptada e sustentável. Numa tentativa de congregar as concepções sociais e técnicas, surge a idéia de conceber a transformação da própria sociedade:

*"Trabalhamos esses dois eixos, tentando construir aquilo que a gente chama de 'modelo alternativo de desenvolvimento.'" (A., técnico do Centro)*

Neste ponto, pode-se remeter novamente aos aspectos mencionados no capítulo 4, quando foi citado o interesse em dinamizar o "aproveitamento dos recursos naturais", através da formulação de alternativas viáveis de produção.

A consecução pelo Centro desse projeto de desenvolvimento envolve dois objetivos:

1º Trabalhar no ambiente interno da propriedade, a nível micro, fortalecendo sua manutenção enquanto pequeno produtor através do aprimoramento da tecnologia alternativa, melhor uso dos recursos, redução nos custos e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida.

2º Atuar a nível macro, "mais político, mais a nível de atuação do Centro no norte de Minas, de criticar esse modelo que esta aí e ter propostas para muda-lo o mais articuladamente possível com as entidades dos pequenos produtores." (E., técnico do Centro)

Ainda aqui é possível trabalhar com os aspectos levantados no capítulo 4, quando comenta-se sobre "a inserção da tecnologia alternativa nas formas históricas de organizar a produção camponesa", tanto no nível interno como no nível macro da pequena produção. Atuar internamente, portanto, seria conceber a formulação de práticas que viabilizem a pequena produção no que se refere ao cotidiano do produtor e de sua sustentação, sem esquecer de atuar nas formas mais gerais de transformação da sociedade.

No que diz respeito à estratégia de atuação, existe uma tendência de oscilação entre a prática do Centro e os objetivos maiores do PTA-FASE, uma vez que em seus depoimentos os técnicos sempre se remetem ao PTA-FASE numa tentativa de seguir seus princípios mas, ao mesmo tempo, mantêm a posição crítica de considera-lo um projeto inacabado, passível de alteração:

*"Eu acho que o desafio tem sido ver a aplicação prática dos princípios e, ao mesmo tempo, você estar vinculado ao movimento social mais amplo de transformação da sociedade."* (A., técnico do Centro)

A dialética da atuação do Centro se dá não só a nível da superação do modelo convencional e avanço através da agricultura alternativa mas, também, através do aprimoramento dos objetivos propostos pelo próprio movimento do PTA-FASE. Essa tentativa de formulação de propostas de desenvolvimento não é isolada. Percebe-se que há uma necessidade de articulação mais ampla com os diversos segmentos da sociedade local:

*"Trabalhamos junto às organizações, sindicatos, associações de pequenos produtores, entidades ligadas à questão do meio ambiente, organizações de técnicos que atuam no campo, estudantes. Essa é um pouco a tática no sentido de trabalhar articuladamente a construção desse modelo."*  
(M., técnico do Centro)

A proposta transformadora do Centro traz em si uma concepção histórica do desenvolvimento agrícola e agrário da região e se materializa a partir da proposta do PTA-FASE, aliada à militância dos técnicos da entidade. Essa atuação se concretiza a partir das alianças com outros setores da sociedade local, notadamente aqueles que definem a pequena produção como objeto de trabalho, ou seja, correntes progressistas da igreja católica e entidades ligadas ao movimento sindical. Tal articulação se dá no

sentido de propor uma transformação da condição sócio-econômica da região.

### 5.3.2 Técnicos do Estado: a negação de uma intervenção.

A estratégia de difusão das propostas desenvolvimentistas do Estado, conduzida por técnicos das instituições oficiais de intervenção, traz em si concepções ligadas à modernização conservadora da agricultura. A negação de tal intervenção se dá a partir da observação de que aqueles que seriam o público alvo de sua ação, os pequenos produtores, não são ouvidos nem suas reais demandas respeitadas. Tal fato se caracteriza pela imposição do "pacote" tecnológico ditado pela sociedade capitalista

Contactar os técnicos do Estado justificou-se, portanto, devidos a dois objetivos:

1ª Apreender uma visão externa à experiência que não mantivesse com ela vínculos diretos, com o intuito de enriquecer a análise ou, ao menos, obter concepções diferenciadas do trabalho;

2ª Uma vez que as agências do Estado são, por diversas vezes, criticadas enquanto instrumentos de intervenção no campo e que muito pouco têm a oferecer aos pequenos produtores, partiu-se da premissa que os técnicos dessas agências poderiam fornecer depoimentos que pudessem ampliar o espectro de tais críticas.

Um fato que ressalta numa primeira análise dos depoimentos, é que os técnicos (tanto da EMATER quanto da SETAS) possuem um discurso envolto por concepções desenvolvimentistas,

pregando a modernização via fomento da utilização de insumos agroquímicos. Repetidas vezes, a modernização é tida como uma saída ainda insubstituível:

*"A gente é obrigado a utilizar adubo, produtos químicos, etc., sem ter conhecimento de uma perspectiva mais ampla. Por exemplo, você tem uma horta comercial, você não pode ficar sem usar veneno."*  
(técnico da EMATER)

O termo "veneno" refere-se a produtos químicos ou agrotóxicos. É importante observar que a própria referência aos produtos carrega em si concepções ideológicas ligadas à modernização, uma vez que os técnicos do Estado citam mais freqüentemente "produto químico" e "defensivo". A utilização do termo "veneno" se deu numa situação única em que o mesmo foi indagado sobre sua concepção de agricultura alternativa. Já os técnicos do Centro, referem-se sempre a esses produtos com denominações do tipo "agrotóxico" ou "veneno".

É exatamente nesse contexto que surgem as críticas mais contundentes ao Centro, na maioria das vezes levantando temas como o radicalismo e o determinismo exagerado:

*"Eles [os técnicos do Centro] têm determinadas coisas que são boas, mas eles radicalizam muito sob determinados aspectos." "São radicais em determinados assuntos, como os defensivos. Nada justifica seu uso. Se por um lado é muito válido, por outro eles descambam um pouco."* (técnico da EMATER)

O termo "radicalismo" pode ser analisado a partir da função do técnico, uma vez que é através de suas instituições oficiais e, em última instância, através dos próprios técnicos, que o Estado implementa sua estratégia modernizante e conservadora. A proposição do novo, tal como a agricultura alternativa, vai frontalmente de encontro aos princípios pelos quais os técnicos da EMATER se baseiam a fim de implementar sua intervenção. O radical, portanto, é aquele que não se adequa à sua forma de pensar e agir e, em última análise, o ameaça através da crítica ao sistema.

No que tange às possíveis demandas dos pequenos produtores, as visões dos técnicos do Estado se diferenciam das do Centro. E é exatamente neste ponto que surgem as críticas mais elaboradas e mais fundamentadas, pois para o Estado o pequeno produtor necessita apenas de assistência técnica, de tecnologia, para que possa se desenvolver. A preocupação com questões sociais, nesse caso, se resume à produção e à tecnologia:

*"O Centro não deveria tentar tirar da cabeça do agricultor imediatamente todos os produtos, mostrando uma opção como piretróide, ou outro inseticida que não tem perigo ou que não deixe resíduo."* (técnico da EMATER)

A pretensa neutralidade da tecnologia se mostra presente e é, através dela, que todos os problemas da pequena produção seriam solucionados. A manifestação da modernização conservadora se traduz através de tais considerações, uma vez que os técnicos do

Estado não incluem em suas estratégias de intervenção, questões relativas à transformação da situação estrutural dos pequenos produtores. Outro fator que diferencia os técnicos das duas entidades é a forma da intervenção:

*"Eles devem pegar pela área econômica para convencer o produtor. A sensibilização na área ecológica é muito difícil. É uma minoria que acredita no trabalho. Quando se luta pela sobrevivência é difícil pensar em outra coisa."* (técnico da SETAS)

O "convencimento" (ou persuasão) é considerado um instrumento da prática da intervenção. Mais um fator vinculado à formação teórica do técnico do Estado que preconiza a superação da situação em que se encontra o pequeno produtor, através do doutrinamento.

A partir de tais depoimentos, torna-se manifesta a diferença de concepções entre os técnicos do Estado e do Centro. As instituições oficiais carregam em si (e em seus técnicos) um perfil ideológico que traduz um trabalho político que se deu historicamente, no sentido de implementar medidas que visaram instalar no país o modelo modernizante conservador, citado anteriormente.

Ao constatar que a linha de trabalho do Centro se contrapõe às estruturas oficiais de assistência técnica e extensão rural, resta, então, aferir tal proposta junto aos pequenos produtores ligados à experiência.

### 5.3.3 Pequenos produtores: de categoria de análise a objetivo fim de uma experiência.

A conceituação de pequeno produtor por parte dos integrantes do Centro não se deu através de mensurações ou enquadramentos em parâmetros estabelecidos por órgãos oficiais. Toma-se como referência a conceituação definida por ALENCAR & MOURA FILHO (3), discutida inicialmente.

O tamanho médio das propriedades dos entrevistados é de 23,8 ha, sendo que 20% deles utilizam áreas de terceiros, sob a forma de parceria. As culturas mais exploradas são o milho, feijão, arroz, mandioca e cana. A metade dos produtores possui criação de gado de leite, onde os animais são criados em pastos nativos próprios ou arrendados, com suplementação de cana, sempre cultivada como reserva para o período de estiagem. A totalidade dos entrevistados possui criação de aves para o consumo familiar de carne e ovos.

Os entrevistados, em sua totalidade, apresentam uma estrutura interna de funcionamento da propriedade que se caracteriza por uma produção agrícola de subsistência, com venda eventual do excedente colhido, conforme suas declarações:

*"sempre a gente produz prá família e sobra aquele pouco que a gente vende. A gente vende, mas é pro gasto da família."* (J., Ermidinha)

A oscilação do regime de venda do excedente também pode se dar de acordo com a sazonalidade climática:

*"A gente costuma vender num ano bom o excedente da produção, quando chove bem. Nos últimos anos não tem sobrado."* (J., Morrinhos)

A comercialização é feita via de regra mediante intermediação. Os "atravessadores" normalmente se aproveitam da situação problemática do pequeno produtor para pagar um preço muito aquém do mercado.

*"É sempre os atravessador que compra; varejado é muito pouco. Sempre o lucro quem pega é o atravessador." "As vezes a gente leva pra Montes Claros, vende pros marreteiros ou atravessador, como se diz. Ou então eles vem compra aqui."* (B., Abóboras)

Está sempre presente a consciência de que boa parte do valor de seu produto permanece com o intermediário.

Ainda a título de complementação da renda familiar, alguns produtores mantêm uma criação animal que gera alguns recursos em determinadas épocas do ano:

*"Tem também o gado. Dá pra vender as vezes um bezerro por ano, uma vaca. Porco a gente acaba vendendo. Galinha, ovos." (A., Ermidinha) "As vezes a gente vende uma rês que ajuda no consumo. Se tivesse só a lavoura, sem a pecuária, não dava não."* (J., Morrinhos)

Tal atitude pode ser definida como uma reserva suplementar de capital, disponível para suprir eventuais problemas durante o ano. Essa característica dos pequenos produtores, aliada às tecnologias alternativas de baixo custo, contribuem para formar uma estrutura de resistência da pequena produção, perante o possível quadro de seu desaparecimento do cenário agrícola. Conforme discutido anteriormente, apesar de teorias clássicas sugerirem tal situação, a pequena produção persiste e se reproduz, mesmo que em condições de extrema dificuldade. O papel do Centro, portanto, é estimular tais formas de resistência, em consonância com seu objetivo maior que é o de resgatar a pequena produção.

Quando indagados sobre a existência de algum tipo de assistência técnica em sua localidade, surgiram os primeiros sinais da atuação do Centro. A crítica às estruturas do Estado estavam sempre presentes:

*"A EMATER já apareceu na comunidade em 87, quando surgiu um tal Projeto Nordeste, prá fazer uns projetinhos, mas na realidade prá segurar recurso pra EMATER. Na realidade, não foi prá dar assistência técnica pro pequeno produtor. Agora, nos últimos 3 anos, quem tem dado assistência é o C.A.A. [Centro], fazendo curso, mostrando como conserva o solo." (A., Ermidinha)*

Começam a surgir, também, sinais de afinidade de trabalho os técnicos do Centro:

*"Ultimamente a assistência técnica que a gente tem recebido é a desse Centro, C.A.A., recém fundado aqui no Norte. É uma coisa que tem mais a ver com a vida da gente, da prática." (T., Laranjeiras)*

A aproximação dos técnicos com a realidade local é vista como uma característica importante da atuação do Centro. Trata-se, portanto, de mais um diferencial de trabalho com relação aos técnicos do Estado, que possuem uma ação desvinculada da realidade local.

O contato inicial com o trabalho do Centro ocorreu de diferentes formas. Em alguns casos, como do agricultor José Valdo, a iniciativa partiu dele mesmo e numa condição de insatisfação quanto à agricultura convencional.

*"Trabalhei muito tempo em vão, comprava veneno, adubo químico, colocava na terra e produzia pouco, mas aquilo que eu produzia eu comprava novamente de adubo e veneno. Em 3 anos a terra não produzia mais nada e eu já tava pensando em vende as terrinha." (Z. V., Canto do Engenho)*

Quando indagado sobre a forma em que obteve o primeiro contato com os agroquímicos, respondeu:

*"Um técnico da EMATER que eu procurei. A gente ouvia falar que a agricultura pra produzir a gente tinha que botar adubo químico, agrotóxico." (Z. V., Canto do Engenho)*

Ele declara, ainda, que, a partir do contato com os técnicos do Centro ocorreram transformações em seu cotidiano:

*"depois que eu comecei a trabalhar, usar essa técnica da agricultura alternativa, eu senti que a vida tem muito mais valor, a gente tem alegria de chegar no meio da planta e trabalhar."* (Z. V., Canto do Engenho)

Outra forma bastante comum de realização de contatos iniciais com os técnicos se deu dentro dos órgãos de representação dos pequenos produtores, uma vez que o Centro estabelecia constantes aproximações com tais estruturas.

*"Conheci eles [os técnicos] numa assembléia intersindical da FETAEMG, onde eles marcaram uma visita. A partir daí começou com cursos."* (Arnaldo, Ermidinha) *"Eu conheci através do movimento sindical. Desde a fundação, nunca perdi contato. Desde 85, 86 que tinha essa conversa de criar um Centro, que nasceu com a participação da gente nas discussões."* (J., Morrinhos)

O caráter participativo dos produtores nas decisões do Centro é sempre lembrado e colocado como contraposição ao assistencialismo do Estado.

*"Estamos tentando fazer um trabalho conjunto com o Centro, de levar para as comunidades uma forma organizativa, sair do assistencialismo: na terra, na produção e até nas vendas dos produtos."* (J., Morrinhos)

A partir dos contatos iniciais com os produtores, foi desenvolvido um trabalho que visava estimular o resgate do saber camponês. Quando do relato de sua história de vida, o pequeno produtor fatalmente colocava sua satisfação em perceber que, a partir do contato com o Centro, foi possível resgatar técnicas abandonadas no passado e descobrir que tal tecnologia era extremamente apropriada à sua atual condição. O processo normalmente se dava sem traumas ou preocupações de que a tecnologia do passado carregasse em si o atraso perante à moderna agricultura:

*"Deixá o cisco na terra a gente usava, mas praticamente sem instrução, sem ninguém falá se era bom ou ruim (...). O que eles [técnicos do Centro] tá fazendo é coisa da realidade. Todo mundo, quem participa vê."* (Z. V., Canto do Engenho)

A interação do saber camponês com a tecnologia adaptada à região, mediante os recursos disponíveis, faz com que o pequeno produtor adquira mais confiança na agricultura alternativa. Novamente o aspecto da "afirmação do saber camponês", citado anteriormente pode ser lembrado, desta vez não só enquanto proposta de trabalho técnico, mas também como um instrumento de auto-afirmação do pequeno produtor.

Em suas considerações sobre o Centro, os pequenos produtores ressaltam, constantemente, o nível de participação de sua categoria nas decisões da entidade, além da importância da

atuação dos técnicos, dada a situação em que se encontram os produtores.

*"O Centro é uma coisa boa porque é uma coisa que tá vindo de encontro com aquilo que é do nosso interesse. Não é nada imposto, nada vindo de fora, e sim aquilo que já faz parte da gente."* (L., Ermidinha)

O caráter participativo da intervenção técnica pode ser aqui destacado. O "imposto", neste caso, trata-se da extensão rural oficial.

Emergem, então, sugestões de metas e rumos a serem tomados no futuro. Uma delas, lembrada várias vezes, foi a questão da comercialização.

*"Eu queria reunir os companheiro pra nós criar um mercado, mais ou menos separado, especial pra aquele produto que a gente vende, com um preço mais justo. Você não pode comparar um produto puro, sem agrotóxico, com um produto do mercado, todo contaminado."* (Z. V., Canto do Engenho)

Surgia aqui a consciência de que o produto isento de resíduos de agrotóxicos pudesse adquirir um valor maior e com isso os pequenos produtores teriam uma vantagem relativa perante os demais produtos convencionais.

Outra questão lembrada foi o crédito. Alguns produtores relataram que tiveram problemas com a aquisição de empréstimos bancários e tal fato repercutiu de maneira sensível na região. Nesse sentido, surgem algumas propostas:

*"O pequeno produtor nunca teve apoio do governo, teve crédito. A gente pensa em evoluir mais, uma associação de pequenos produtores pra ver se a gente consegue algo de melhor pra nós."* (A., Ermidinha)

Manifestava-se aqui uma determinada noção de coletividade para resolver questões de crédito, dentro do próprio grupo de produtores.

Em geral, todas as propostas e considerações se deram em torno de questões concretas de assistência técnica, crédito e comercialização, pois esses eram efetivamente seus maiores problemas.

Os resultados da atuação do Centro, referentes à capacidade da entidade de transformar a condição de vida dos pequenos produtores assistidos, podem ser aferidos a partir de suas colocações .

*"Tem ajudado muito, inclusive agora com os estatutos. Esclarecer melhor o povo, dar mais instrução."* (J., Ermidinha)

Aqui percebe-se a influência dos técnicos na elaboração dos estatutos de uma associação de produtores. O esclarecimento quanto à criação da associação, seus objetivos e reais possibilidades dela se transformar num instrumento de luta da categoria, são temas discutidos com os pequenos produtores. Estes consideram um avanço tal tipo de assessoria, pois podem se "esclarecer melhor" e "dar mais instrução".

A transformação da condição de vida dos produtores, ao nível do cotidiano e do resgate do passado, também podem ser observados:

*"Com o Centro a gente vê muita coisa que tava até se esquecendo, coisa que era útil, que a gente abandonou e agente tá percebendo que com a discussão a gente pode aproveitar."* (M., Morrinhos)

A condição estrutural da região de Montes Claros e, conseqüentemente, dos pequenos produtores locais sugere que o trabalho do Centro e da agricultura alternativa, enquanto proposta transformadora, somente trará resultados após um trabalho contínuo, de longo prazo. A região em questão apresenta não só problemas sérios de origem sócio-econômica, como também, da esfera ambiental e dos recursos naturais. Os relatos dos produtores entrevistados mostram que a credibilidade no trabalho não se dá unicamente a nível da possibilidade de receber uma extensão alternativa àquela da rede oficial, mas, principalmente, na articulação das entidades que objetivam em seu trabalho, a atuação conjunta com os pequenos produtores.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do delineamento histórico, traçado no início do trabalho, foi discutida a problemática da modernização conservadora e suas implicações no cenário agrícola e agrário do país. Como uma segunda decorrência da implantação de tal modelo de desenvolvimento rural, a questão ecológica surge a partir da constatação de uma degradação ambiental e dos recursos naturais, provocada pela implementação de uma agricultura modernizante, a serviço do capital industrial. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas apresentou um realidade que o insere no quadro apresentado, tanto do ponto de vista da produção agrícola, quanto do ponto de vista ambiental. Este último se torna um entrave na atuação dos técnicos do Centro, conforme discutido no capítulo 5.

A análise de Montes Claros mostra, ainda, que a problemática de sua distribuição fundiária evidencia a ocorrência da modernização conservadora naquele local. Os pequenos produtores da região se inserem no quadro analítico apresentado, que tratou de discutir a temática relacionada à sua condição de expropriação.

O movimento que demanda uma agricultura alternativa é parte integrante dos movimentos ambientalistas, analisados enquanto grupos de pessoas que contestam a conjuntura sócio-econômica, política e ambiental da sociedade e propõem formas alternativas de convivência. Especial atenção foi dada ao PTA-FASE, assumido enquanto experiência representativa do movimento por uma agricultura alternativa. O Centro, objeto de estudo da pesquisa, apresentou características que mostraram sua ligação estreita com o PTA-FASE e seus objetivos de trabalho.

A partir do histórico e da análise da estrutura operacional do Centro, conclui-se que tal organização foi montada a fim de implementar, de maneira satisfatória, os objetivos propostos pela entidade. A principal característica observada foi a diferenciação entre a atuação do Centro e as estruturas oficiais de intervenção da região. Estas últimas foram analisadas na perspectiva de que seus técnicos reproduzem a prática da modernização conservadora, preconizada pelo Estado. O depoimento dos técnicos da EMATER e da SETAS mostram tal ligação.

Os depoimentos dos pequenos produtores se caracterizaram pela negação da intervenção oficial e pela demanda por novas formas de trabalho, adequadas à sua realidade. A possibilidade de participar ativamente na elaboração dos objetivos e diretrizes do Centro foi colocada como uma real inovação com relação ao serviço de assistência técnica oferecida pelo Estado. A tecnologia alternativa e o resgate do saber camponês se caracterizaram por ser um instrumento de trabalho dos técnicos do Centro adequado às condições dos pequenos produtores.



Tal fato estreitou as relações entre técnicos e produtores e aumentou a confiança no trabalho do Centro.

Um fator que parece limitar a atuação futura do Centro é sua condição de dependência financeira a entidades de financiamento. Uma vez que o público alvo de trabalho são os pequenos produtores, pode parecer, à primeira vista, que este segmento da sociedade deveria arcar com as despesas de uma entidade que visa atendê-los. No entanto, fica claro que tais produtores seriam incapazes de manter tal estrutura, devido à sua condição precária de existência. Caberia ao Estado e, em última instância a sociedade como um todo, financiar um movimento que visa proporcionar melhores condições de vida a um segmento desta mesma sociedade. Uma vez que privilegiar tal categoria significa se contrapor a alguns segmentos, notadamente aqueles ligados ao capital industrial, parece claro tratar-se de uma questão de opção política daqueles que gerem as diretrizes agrícolas e agrárias do país.

A partir da constatação dos técnicos e da evidenciação junto aos produtores que a situação ambiental da região é problemática, pois caracteriza-se pela escassez de recursos naturais e uma condição climática desfavorável, sugere-se que haja um aprofundamento na pesquisa sobre suas reais possibilidades de exploração agrícola, bem como sua potencialização. Tal esforço inclui a proposição de técnicas agroecológicas plenamente adaptadas a tal ambiente e que visem o aumento e a diversificação da produção.

Contudo, a real possibilidade de transformação das condições estruturais dos pequenos produtores envolvidos na experiência só se mostrará possível, a partir da aliança dos personagens que tem a pequena produção como objetivo de trabalho, fato que envolve não só o Centro, mas todos as entidades e pessoas que atuam na região. A proposta do Centro será viável, portanto, não só a partir das condições técnico-ambientais e sócio-econômicas tratadas até aqui, mas, sobretudo, a partir do esforço conjunto e articulado de todos os setores envolvidos.

## 7. RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo estudar a temática da agricultura alternativa e da pequena produção, a partir da experiência do Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas. A pesquisa baseou-se na contextualização histórica, numa tentativa de delinear os fatos que deram margem aos movimentos sociais que contestam a moderna agricultura e suas implicações sócio-econômicas e ecológicas.

A área de pesquisa é a região de Montes Claros, no norte do Estado de Minas Gerais, onde se localiza a experiência, que envolve um grupo de técnicos e um público por eles atendido, constituído por pequenos produtores. Estuda-se, ainda, a intervenção do Estado, pois ele quem viabiliza o processo modernizante da agricultura, através de uma estrutura não participativa de atuação, que não atende aos anseios dos pequenos produtores.

A partir de uma discussão sobre a evolução histórica dos movimentos ambientalistas, é feita uma análise do movimento que demanda uma agricultura alternativa, com suas distintas ramificações e correntes, mais especificamente aquela conduzida pelo PTA-FASE.

Observou-se uma nítida diferenciação entre a atuação do Centro e as estruturas de intervenção do Estado, notadamente no que diz respeito ao caráter participativo da relação entre técnicos e o público atendido além da devida adequação das técnicas alternativas às condições dos pequenos produtores envolvidos. Um fator que parece limitar a atuação futura do Centro é sua condição de dependência financeira a entidades de financiamento. Observou-se, ainda, que a real possibilidade de transformação das condições estruturais dos pequenos produtores somente será possível a partir da consolidação das alianças com outras organizações similares e de objetivos comuns.

## 8. SUMMARY

"Alternative agriculture and peasantry: the action of CAA of north of Minas"

The present dissertation was the aim of studying the thematic of alternative agriculture and peasantry specifically the experience of Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA). The research was based in the historic contextualization, in an attempt to delineate the facts that gave margin to social movements that contest the modern agriculture and it's social, economics and ecological implications.

The research area is Montes Claros, north of Minas Gerais State, where the experience is located and involves a group of technicians and peasants. It is studied although the State intervention, because It viabilizates the modernizing process of the agriculture, through a structure non participant of actuation.

After a discussion about the historic evolution of the ambientalist movements, it is done an analysis of the particular movement that requires an alternative agriculture, with its different ramifications, specially one conduced by PTA-FASE.

It was observed a clear differentiation between the actuation of CAA and State, mainly about the participant work between technicians and peasants beyond the adaptation of alternative technical to the peasants conditions. The financial dependence to the financing agencies means to be a factor that could restrict the future actuation of CAA It was observed too that the real possibility of transforming the peasants structural conditions will be only possible after the consolidation of coalitions with another similar local organizations that have common objectives.

## 9. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

01. ABRAMOVAY, R. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, UNICAMP, 1990. 354p. (Tese de Doutorado).
02. AGUIAR, R.C. Abrindo o pacote tecnológico. São Paulo, Polys/CNPq, 1981. 146p.
03. ALENCAR, E. & MOURA FO, J.A.de. Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo. Lavras, ESAL, 1988. 27p. (apostilado).
04. ALMEIDA, J.P.de. Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre, UFRS, 1989. 274p. (Tese MS).
05. BORGES, M. O Projeto Tecnologias Alternativas/FASE e a comunicação com o pequeno agricultor. In: SILVEIRA, M.A. & CANUTO, J.C., org. Estudos de comunicação rural. São Paulo, Loyola-Intercom, 1988. p.61-7.
06. CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 143p.
07. CARVALHO, H.M.de. A tecnologia agrícola e o pequeno produtor. Curitiba, 1986. 42p. (mimeografado).

## 9. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

01. ABRAMOVAY, R. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, UNICAMP, 1990. 354p. (Tese de Doutorado).
02. AGUIAR, R.C. Abrindo o pacote tecnológico. São Paulo, Polys/CNPq, 1981. 146p.
03. ALENCAR, E. & MOURA FO, J.A.de. Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo. Lavras, ESAL, 1988. 27p. (apostilado).
04. ALMEIDA, J.P.de. Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre, UFRS, 1989. 274p. (Tese MS).
05. BORGES, M. O Projeto Tecnologias Alternativas/FASE e a comunicação com o pequeno agricultor. In: SILVEIRA, M.A. & CANUTO, J.C., org. Estudos de comunicação rural. São Paulo, Loyola-Intercom, 1988. p.61-7.
06. CARDOSO, F.H. & FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 143p.
07. CARVALHO, H.M.de. A tecnologia agrícola e o pequeno produtor. Curitiba, 1986. 42p. (mimeografado).

08. CATANI, A.M. O que é capitalismo. 10.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. 139p.
09. CONTI, L. Ecologia: capital, trabalho e ambiente. São Paulo, Hucitec, 1986. 158p.
10. DELGADO, G.C. Constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, 3(1):11-76, jan./abr. 1986.
11. DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas, 1981. 255p.
12. FONSECA, M.T.L. da. A extensão rural no Brasil. um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985. 192p.
13. GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo, Brasiliense, 1986. 154 p.
14. JESUS, E.L. Histórico e filosofia da agricultura alternativa. Proposta, Rio de Janeiro, 27:34-40, nov. 1985.
15. KAGEYAMA, A. & SILVA, J.G. Política agrícola e produção familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24, Lavras, 1986. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Lavras, SOBER, 1986, p.199-222.
16. MOREIRA, R.J. Ecologia e economia política: meio ambiente e condições de vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, Campinas, 1991. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Campinas, SOBER, 1991, p.153-78.
17. OAKLEY, P. Participation in Development in NE Brazil. Community Development, India, 15(1):10-22, 1980.

18. OLIVEIRA, F.de. A economia da dependência imperfeita. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 159p.
19. PESSANHA, B.M.R. & MENEZES, F.A.da F. A questão dos agrotóxicos. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 2(9):2-22, nov. 1985.
20. PINTO, J.B. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural. Cadernos ANPED, Rio de Janeiro, jun.1982. p.23-37.
21. PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. São Paulo, Círculo do Livro, 1982. 402p.
22. SOARES, L.E. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 230p.
23. TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 157p.
24. VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, J.A., VIOLA, E., MINC, C., VIEIRA, L., GABEIRA, F., GONZAGA, P. Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1987. p.63-109. 211p.
25. WEID, J.M. van der. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. Proposta, Rio de Janeiro, 27:9-13, nov.1985

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO  
CEDOC/DAE/UFLA

